



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Diário Oficial

ESTADO DO PARÁ

Diretor-Geral ACYR CASTRO

ORDEM E PROGRESSO

ANO LXXII — 74.º DA REPÚBLICA — NUM. 20.033

BELÉM — QUINTA-FEIRA, 7 DE MARÇO DE 1963

DECRETO N. 4133 DE 5 DE MARÇO DE 1963

Retifica o Decreto n. 1.151, de 2 de dezembro de 1962 que transferiu para a Reserva Remunerada o major da Polícia Militar do Estado, João Domingues da Cunha.

O Governador do Estado, usando das atribuições que lhe confere o art. 42, item I, da Constituição Política Estadual e tendo em vista o que consta do processo n. 0758/62/PET. SLJ,

RESOLVE:

Art. 1. — Fica retificado o Decreto n. 1.151, de 2 de dezembro de 1962, que transferiu para a Reserva Remunerada o major da Polícia Militar do Estado, João Domingues da Cunha para promovê-lo ao posto de Tenente-Coronel, de acordo com o art. 1.º da lei n. 1.524, de 4 de março de 1958, e transferi-lo ao aludido posto para RJR, percebendo, nessa situação os proventos de quarenta e três mil e duzentos cruzeiros (Cr\$ 43.200,00) mensais, ou sejam quinhentos e dezoito mil e quatrocentos cruzeiros (518.400,00) anuais, entre proventos e adicionais, a partir de 1.º de dezembro de 1960.

Art. 2. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado 5 de março de 1963.

Aurélio Corrêa do Carmo
Governador do Estado
Olimio de Sales Melo
Respondendo pela Secretaria do Interior e Justiça

SECRETARIA DE ESTADO DO INTERIOR E JUSTIÇA
DECRETO DE 1 DE MARÇO DE 1963

O Governador do Estado resolve exonerar o doutor Benedito Wilfredo Monteiro da função de Membro do Conselho Rodoviário, do Departamento de Estradas de Rodagem, como representante da Secretaria de Obras, Terras e Águas.

Palácio do Governo do Estado do Pará 1 de março de 1963

AURÉLIO CORRÊA DO CARMO
Governador do Estado
Olimio de Sales Melo
Resp. pelo exp. da Secretaria do Interior e Justiça

GOVERNO DO ESTADO

GOVERNADOR:

Doutor AURÉLIO CORRÊA DO CARMO

VICE-GOVERNADOR:

Dr. NEWTON MIRANDA

SECRETARIO DE ESTADO DO GOVERNO:

Sr. JOSÉ GOMES QUARESMA
Respondendo pelo expediente

SECRETARIO DO INTERIOR E JUSTIÇA:

Dr. RAIMUNDO MARTINS VIANA

SECRETARIO DE FINANÇAS:

Sr. OSCAR NICOLAU DA CUNHA LAUZID

SECRETARIO DE SAÚDE PÚBLICA:

Dr. PEDRO VALLINOTO

SECRETARIO DE OBRAS, TERRAS E ÁGUAS:

Dr. EFRAIM RAMIRO BENTES

SECRETARIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA:

Dr. BENEDITO CELSO DE PADUA COSTA

SECRETARIO DE PRODUÇÃO:

TIBIRICA DE MENEZES MAIA

Resp. pelo expediente

SECRETARIO DE SEGURANÇA PÚBLICA:

Dr. EVANDRO RODRIGUES DO CARMO

DEPARTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO:

Sr. JOSÉ NOGUEIRA SOBRINHO

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO DE 4 DE MARÇO DE 1963

O Governador do Estado resolve tornar sem efeito o ato de 31 de julho de 1962, que nomeou, de acordo com o art. 54, da lei n. 2.284-A, de 18 de março de 1961, Raimundo Gomes de Carvalho para exercer o cargo de 1.º Substituto de Pretor em Bagre, sede da Comarca do mesmo nome, em virtude de o mesmo não ter assumido o exercício do cargo no prazo legal.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 4 de março de 1963

AURÉLIO CORRÊA DO CARMO
Governador do Estado

Olimio de Sales Melo
Resp. p/ Exp. da Secretaria de Estado de Interior e Justiça

DECRETO DE 4 DE MARÇO DE 1963

O Governador do Estado resolve tornar sem efeito o ato de 27 de março de 1962, que nomeou Manoel Pinheiro da Rocha para exercer, interinamente, o cargo de Escrivão do Registro Civil em Vila Nova, no município de São Caetano de Odéias, distrito judiciário da Comarca de Vigia em virtude de mesmo não ter assumido o exercício do cargo no prazo legal.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 4 de março de 1963
AURÉLIO CORRÊA DO CARMO
Governador do Estado
Olimio de Sales Melo
Resp. pelo exp. da Secretaria do Interior e Justiça

DECRETO DE 1 DE MARÇO DE 1963

O Governador do Estado resolve nomear, nos termos da alínea c, art. 5.º da Lei n. 1374, de 21-8-56, o engenheiro Efraim Ramiro Bentes, Secretário de Obras Terras e Águas, para exercer a função de Membro do Conselho Rodoviário, do Departamento Estradas de Rodagem, como representante daquela Secretaria, vaga com a exoneração do doutor Benedito Wilfredo Monteiro.

do Pará, 4 de março de 1963
Palácio do Governo do Estado do Pará, 1 de março de 1963.
AURÉLIO CORRÊA DO CARMO
Governador do Estado
Olimio de Sales Melo
Resp. pelo exp. da Secretaria do Interior e Justiça

DECRETO DE 4 DE MARÇO DE 1963

O Governador do Estado resolve exonerar, Origens Borges Bordalo do cargo de Escrivão do Registro Civil na vila de Pirá, município de Curralinho, distrito judiciário da Comarca de Breves. Palácio do Governo do Estado do Pará, 4 de março de 1963
AURÉLIO CORRÊA DO CARMO
Governador do Estado
Olimio de Sales Melo
Resp. pelo exp. da Secretaria do Interior e Justiça

DECRETO DE 4 DE MARÇO DE 1963

O Governador do Estado resolve exonerar, a pedido, Rui Ribeiro da Costa do cargo de 1.º Substituto de Pretor em Bagre, sede do município do mesmo nome, termo judiciário da Comarca de Breves.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 4 de março de 1963
AURÉLIO CORRÊA DO CARMO
Governador do Estado
Olimio de Sales Melo
Resp. pelo exp. da Secretaria do Interior e Justiça

DECRETO DE 4 DE MARÇO DE 1963

O Governador do Estado resolve nomear, de acordo com art. 24, da lei n. 2.284-A, de 18 de março de 1961, Raimundo Gomes

IMPRESSA OFICIAL DO ESTADO

Redação, Administração e Oficinas:
Avenida Almirante B. Frosco, 349 — Fone: 9998
Diretor — Sr. ACYR CASTRO
Secretário — Sr. AUGUSTO SOARES
Redator — Sr. MOACIR DRAGO

TABELA DE ASSINATURAS E PUBLICIDADE

ASSINATURAS	PUBLICIDADES
Anual 4.000,00	1 Página de Contabilidade uma vez 10.000,00
Semestral 2.000,00	
OUTROS ESTADOS E MUNICIPIOS	
Anual 5.400,00	Por mais de duas
Semestral 2.700,00	(2) vezes 10% de abatimento.
VENDA DE DIÁRIOS	Por mais de cinco
Número atrasados... 20,00	(5) vezes 20% de abatimento.
Número avulso ... 15,00	O centímetro por coluna no valor de 80,00
O custo do exemplar dos órgãos oficiais, na venda avulsa, será acrescida de Cr\$ 15,00 ao ano.	

EXPEDIENTE

As repartições públicas devem remeter a matéria destinada à publicação até às onze e trinta (12,30) horas, excetuando os sábados, em original datilografado em uma face do papel e devidamente autenticada, devendo as rasuras e emendas ser sempre ressalvadas por quem de direito as reclamações nos casos de erros ou omissões, deverão ser formuladas por escrito e Diretoria, das sete e trinta (7,30) às treze e trinta (13,30) horas e no máximo, vinte e quatro (24) horas após a saída dos órgãos oficiais. A matéria não será recebida das oito às doze e trinta (8 às 12,30) horas, excetuando os sábados, das quatorze (14) às dezessete (17) horas.

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas podem ser tomadas em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— As assinaturas vencidas poderão ser suspensas sem aviso. Para facilitar aos clientes a verificação do prazo da validade de suas assinaturas, na parte superior o endereço, vão impressos o número de talão do registro, o mês e o ano em que findará.

A fim de evitar solução de continuidade do recebimento dos jornais, devem os assinantes providenciar a respectiva renovação, com antecedência mínima de trinta (30) dias.

— As Repartições Públicas cingir-se-ão às assinaturas anuais renovadas até 28 de fevereiro de cada ano e as iniciativas em qualquer época pelos órgãos competentes.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos solicitamos aos senhores clientes, quanto à sua publicação, preferência à remessa por meio de cheques ou vale postal, emitido a favor do Diretor Geral da Imprensa Oficial.

— Os subscritores das edições dos órgãos oficiais se inscreverão nas assinaturas que os solicitarem.

de Carvalho, para exercer o cargo, que se acha vago, de 1. Suplente de Pretor em Baião, sede da Comarca do mesmo nome.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 4 de março de 1963.
AURELIO CORRÊA DO CARMO
Governador do Estado
Olinto de Sales Melo
Resp. pelo exp. da Secretaria do Interior e Justiça

DECRETO DE 4 DE MARÇO DE 1963

O Governador do Estado, resolve nomear, de acordo com o art. 54, da Lei n. 2.284-A, de 18 de março de 1961, José Maria Magno de Moraes, para exercer o cargo de 1. Suplente de Pretor em Bagre, sede do município do mesmo nome, termo judiciário da Comarca de Breves, vago com a exoneração, a pedido, de Rui Ribeiro da Costa.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 4 de março de 1963.
AURELIO CORRÊA DO CARMO
Governador do Estado
Olinto de Sales Melo
Resp. pelo exp. da Secretaria do Interior e Justiça

DECRETO DE 4 DE MARÇO DE 1963

O Governador do Estado, resolve nomear, de acordo com o art. 54, da Lei n. 2.284-A, de 18 de março de 1961, Alípio Assumpção Ferro para exercer o cargo, que se acha vago, de 2. Suplente

de Pretor em Itatupan, distrito judiciário da Comarca de Gurupá.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 4 de março de 1963.
AURELIO CORRÊA DO CARMO
Governador do Estado
Olinto de Sales Melo
Resp. pelo exp. da Secretaria do Interior e Justiça

DECRETO DE 4 DE MARÇO DE 1963

O Governador do Estado, resolve nomear, de acordo com o art. 54, da Lei n. 2.284-A, de 18 de março de 1961, Cantídio Dalmação da Silva para exercer o cargo, que se acha vago, de 1. Suplente de Pretor em Vila Nova, município de São Caetano de Olivelas, distrito judiciário da Comarca de Vigia.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 4 de março de 1963.
AURELIO CORRÊA DO CARMO
Governador do Estado
Olinto de Sales Melo
Resp. pelo exp. da Secretaria do Interior e Justiça

DECRETO DE 4 DE MARÇO DE 1963

O Governador do Estado, resolve nomear, de acordo com o art. 54, da Lei n. 2.284-A, de 18 de março de 1961, Aristides Tolosa das Chagas, para exercer o cargo, que se acha vago, de 2. Suplente de Pretor em Vila Nova, município de São Caetano de Olivelas, distrito judiciário da Comarca de

Vigia.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 4 de março de 1963.
AURELIO CORRÊA DO CARMO
Governador do Estado
Olinto de Sales Melo
Resp. pelo exp. da Secretaria do Interior e Justiça

DECRETO DE 4 DE MARÇO DE 1963

O Governador do Estado, resolve nomear, de acordo com o art. 54, da Lei n. 2.284-A, de 18 de março de 1961, José Marques Viana, para exercer o cargo que se acha vago, de 1. Suplente de Pretor em Itatupan, distrito judiciário da Comarca de Gurupá.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 4 de março de 1963.
AURELIO CORRÊA DO CARMO
Governador do Estado
Olinto de Sales Melo
Resp. pelo exp. da Secretaria do Interior e Justiça

DECRETO DE 4 DE MARÇO DE 1963

O Governador do Estado, resolve nomear, de acordo com o art. 54, da Lei n. 2.284-A, de 18 de março de 1961, Lotrival da Silva Mendes para exercer o cargo, que se acha vago, de 1. Suplente de Pretor em Ponta de Ramos, distrito judiciário da Comarca de Gurupá.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 4 de março de 1963.
AURELIO CORRÊA DO CARMO
Governador do Estado
Olinto de Sales Melo
Resp. pelo exp. da Secretaria do Interior e Justiça

DECRETO DE 4 DE MARÇO DE 1963

O Governador do Estado, resolve nomear, de acordo com o art. 54, da Lei n. 2.284-A, de 18 de março de 1961, Covita Cabral Pereira para exercer o cargo que se acha vago, de 2. Suplente de Pretor em Ponta de Ramos, distrito judiciário da Comarca de Gurupá.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 4 de março de 1963.
AURELIO CORRÊA DO CARMO
Governador do Estado
Olinto de Sales Melo
Resp. pelo exp. da Secretaria do Interior e Justiça

DECRETO DE 4 DE MARÇO DE 1963

O Governador do Estado, resolve nomear João Rodrigues para exercer, interinamente, o cargo de Escrivão do Registro Civil em Vila Nova, município de São Caetano de Olivelas, distrito judiciário da Comarca de Vigia.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 4 de março de 1963.
AURELIO CORRÊA DO CARMO
Governador do Estado
Olinto de Sales Melo
Resp. pelo exp. da Secretaria do Interior e Justiça

DECRETO DE 4 DE MARÇO DE 1963

O Governador do Estado, resolve nomear, de acordo com o art. 54, da Lei n. 2.284-A, de 18 de março de 1961, Lourenço Justiniano das Chagas para exercer o cargo, que se acha vago, de 2. Suplente de Pretor em São Caetano de Olivelas, termo judiciário da Comarca de Vigia.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 4 de março de 1963.
AURELIO CORRÊA DO CARMO
Governador do Estado
Olinto de Sales Melo
Resp. pelo exp. da Secretaria do Interior e Justiça

DECRETO DE 4 DE MARÇO DE 1963

O Governador do Estado, resolve nomear José Cerdeira Chaves para exercer interinamente o cargo de Escrivão do Registro Civil na vila Piriá, município de Curralinho distrito judiciário da Comarca de Breves, vago com a exoneração de Origenes Borges Boraldo.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 4 de março de 1963.
AURELIO CORRÊA DO CARMO
Governador do Estado
Olinto de Sales Melo
Resp. pelo exp. da Secretaria do Interior e Justiça

DECRETO DE 4 DE MARÇO DE 1963

O Governador do Estado, resolve nomear, de acordo com o art. 54, da Lei n. 2.284-A, de 18 de março de 1961, Celso da Silva Borges para exercer o cargo, que se acha vago, de 2. Suplente de Pretor na vila Piriá, município de Curralinho, distrito judiciário da Comarca de Breves.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 4 de março de 1963.
AURELIO CORRÊA DO CARMO
Governador do Estado
Olinto de Sales Melo
Resp. pelo exp. da Secretaria do Interior e Justiça

DECRETO DE 4 DE MARÇO DE 1963

O Governador do Estado, resolve nomear, de acordo com o art. 54, da Lei n. 2.284-A, de 18 de março de 1961, Napoleão Borges de Souza, para exercer o cargo que se acha vago, de 1. Suplente de Pretor na vila Piriá, município de Curralinho, distrito judiciário da Comarca de Breves.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 4 de março de 1963.
AURELIO CORRÊA DO CARMO
Governador do Estado
Olinto de Sales Melo
Resp. pelo exp. da Secretaria do Interior e Justiça

DECRETO DE 4 DE MARÇO DE 1963

O Governador do Estado, resolve nomear Adriaão da Costa Barros para exercer, interinamente, o cargo de Escrivão do Registro Civil em Curumú (ex-Ituquara), distrito judiciário da Comarca de Breves, vago com o falecimento do titular, Raimundo Bazilio da Costa Barros.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 4 de março de 1963.
AURELIO CORRÊA DO CARMO
Governador do Estado
Olinto de Sales Melo
Resp. pelo exp. da Secretaria do Interior e Justiça

SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS**DECRETO DE 28 DE FEVEREIRO DE 1963**

O Governador do Estado, resolve nomear, de acordo com o art. 12, item II, da Lei n. 749 de 24 de dezembro de 1953, Manoel Ozeas de França e Silva, para exercer, efetivamente, o cargo de Inspetor de Coletoria, padrão R,

do Quadro Único, lotado no Departamento de Exatarias do Interior, vago com o falecimento de Mário Vicente Pacheco.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 28 de fevereiro de 1963.
AURELIO CORRÊA DO CARMO
Governador do Estado
Oscar Nicolau da Cunha Lauzid
Secretário de Estado de Finanças

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

DECRETO DE 13 DE JUNHO DE 1962

O Governador do Estado, resolve conceder, de acordo com o art. 103, da Lei n. 749 de 24 de dezembro de 1953, a Ana Celia Alves, ocupante do cargo de Professor de 1ª. entrância, padrão A, do Quadro Único, lotado no Ensino Primário, 60 dias de licença para tratamento de saúde a contar de 31 de julho a 28 de setembro do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 13 de junho de 1962.

DIONISIO BENTES DE CARVALHO

Governador do Estado em exercício

Benedito Celso de Pádua Costa
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 28 DE FEVEREIRO DE 1963

O Governador do Estado: resolve exonerar, a pedido, de

acordo com o art. 75, item I, da Lei n. 749 de 24 de dezembro de 1953, Manoel Oséas de França e Silva, do cargo de Oficial Administrativo, classe M, do Quadro Único, lotado na Biblioteca e Arquivo Público.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 28 de fevereiro de 1963.
AURELIO CORRÊA DO CARMO
Governador do Estado

Benedito Celso de Pádua Costa
Secretário de Estado de Educação e Cultura

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS, TERRAS E AGUAS

DECRETO DE 28 DE FEVEREIRO DE 1963

O Governador do Estado: resolve conceder, de acordo com o art. 98, da Lei n. 749 de 24 de dezembro de 1953, a Mário Adalberto Fonseca, ocupante do cargo de Servente, Padrão E do Quadro Único, lotado no Serviço de Cadastro Rural, 90 dias de licença para tratamento de saúde a contar de 26 de dezembro do ano p. p. a 25 de março do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado, do Pará, 28 de fevereiro de 1963.

AURELIO CORRÊA DO CARMO
Governador do Estado

Efraim Ramiro Bentes
Secretário de Estado de Obras Terras e Aguas

SECRETARIA DE ESTADO DO GOVERNO

IMPrensa Oficial PORTARIA N. 8/A DE 16 DE FEVEREIRO DE 1963

O Diretor Geral da Imprensa Oficial do Estado, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 24, alínea f), do Decreto n. 378, de 14-9-1951 e de acordo com o que dispõe o art. 12 do Decreto-lei n. 3.618 de 2-12-1940,

RESOLVE:

Conceder (30) dias de féri-

as regulamentares ao funcionário ALBERTO MACHADO QUEIROZ, ocupante do cargo de Redator padrão "K", lotado nesta Imprensa Oficial do Estado, referente ao exercício de 1963, a partir de 1/3 a 1/4/63.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

Gabinete da Direção, em 18/2/62.

Acyr Castro
Diretor Geral

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS TERRAS E AGUAS

PORTARIA N. 10 — DE 22 DE FEVEREIRO DE 1963

O Engenheiro Efraim Ramiro Bentes, Secretário de Estado de Obras, Terras e Aguas, por nomeação legal, etc., usando de suas atribuições e devidamente autorizado pelo Exmo. Sr. Dr. Governador do Estado,

RESOLVE:

1.º — Criar a Comissão Permanente de Concorrências, abreviadamente CPC da Secretaria de Estado de Obras Terras e Aguas;

2.º — A CPC será constituída de três (3) membros: — 1 engenheiro civil, 1 Consultor Jurídico e 1 escrivão;

3.º — A CPC é concedido um prazo improrrogável de trinta (30) dias para elaborar o seu Regulamento, fixando inclusive os limites das concorrências administrativas e públicas.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

Eng. Efraim Ramiro Bentes
Secretário de Estado

PORTARIA N. 11 — DE 22 DE FEVEREIRO DE 1963

O Engenheiro Efraim Ramiro Bentes, Secretário de Estado de Obras, Terras e Aguas, por nomeação legal, etc., usando de suas atribuições e devidamente autorizado pelo Exmo. Sr. Dr. Governador do Estado,

RESOLVE:

Designar o engenheiro Jonas Cardoso de Brito, o Consultor Jurídico Cláudio Mota de Borborema e o escrivão Zulmira de Souza Nunes, sob a presidência do primeiro para comporem a Comissão Permanente de Concorrências (CPC) desta Secretaria de Estado.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

Eng. Efraim Ramiro Bentes
Secretário de Estado

PORTARIA N. 12 — DE 22 DE FEVEREIRO DE 1963

O Engenheiro Efraim Ramiro Bentes, Secretário de Estado de

Obras, Terras e Aguas, por nomeação legal, etc., usando de suas atribuições,

RESOLVE:

1.º Transcrever para conhecimento dos interessados o art. 106, o art. 108 e seu parágrafo 2.º do decreto n. 1.044 de 19 de Agosto de 1933 — Regulamento de Terras do Estado do Pará.

"Art. 106. A referida discriminação será feita por engenheiros, agrimensores ou agrônomos, devidamente autorizados pelos Diretores de Obras Públicas, Terras e Viação ou de Agricultura, dentro os profissionais competentes que, por meio de registro na Diretoria de Obras Públicas, Terras e Viação dos seus títulos de habilitação científica, reconhecidos pelos poderes públicos, válidos para o exercício da profissão, se acham habilitados a funcionar no Estado, feita a prova de acharem-se em dia com o pagamento do Imposto de Indústria e Profissão."

"Art. 108. Poderá também o Diretor de Obras Públicas, Terras e Viação, quando julgar conveniente, designar em Portaria, um ou mais engenheiros, agrimensores ou agrônomos, aos quais resolve encarregar da discriminação dos lotes concedidos em determinados Municípios do Estado, durante um período de semestre ou anual e a eles deverão os compradores ou concessionários requerer a discriminação de seus lotes."

§ 2.º É permitido aos engenheiros, agrimensores ou agrônomos que exercerem cargos públicos, o serviço de medição e discriminação de terras devolutas em processo de venda ou de demarcação de posse, legítimas e remunerados pelos interessados, quando estes, ao ato do início dos trabalhos de campo, se encontrarem em gozo de licença, sem remuneração alguma por parte dos cofres do Estado."

2.º — Nessas condições declarar caducas todas as Portarias que criaram Comissões Demarcadoras nos diversos Municípios do Estado.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

Eng. Efraim Ramiro Bentes
Secretário de Estado

PORTARIA N. 13 — DE 22 DE FEVEREIRO DE 1963

O Engenheiro Efraim Ramiro Bentes, Secretário de Estado de Obras, Terras e Aguas, por nomeação legal, etc., usando de suas atribuições e devidamente autorizado pelo Exmo. Sr. Dr. Governador do Estado,

Considerando que na Lei Orçamentária do ano de 1962, revigorada para o corrente exercício, na Tabela n. 110 — Secretaria de Estado de Obras, Terras e Aguas — Pessoal Variável — Diaristas e abono — foi consignada a dotação anual de Hum milhão e seiscientos mil cruzeiros (Cr\$ 1.600.000,00),

RESOLVE:

Admitir com os vencimentos mensais adiante referidos os seguintes auxiliares a partir de 2 de janeiro do corrente ano, pelo fato de se encontrarem no exercício daquelas funções desde aquela data.

Aimoxarife — Saint Clair Sale Araújo, Cr\$ 13.000,00; Enco. Fichário — Zulmira de Souza Nunes, Cr\$ 13.000,00; Escrivãos — Doralice Oliveira Fonseca, Claudionor A. Silva, Timbiribá Ribeiro Cunha, Lindalva Moraes Alves, Raimundo Nonato Pena, Maria Lucia R. Viana, Bertina Ribeiro da Cruz, Cr\$ 11.000,00 Ca-

da. Além dos vencimentos constantes desta Portaria, os auxiliares supra referidos, farão jus ao abono previsto pela Lei n. 2.464 de 30.12.1961.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

Eng. Efraim Ramiro Bentes
Secretário de Estado

PORTARIA N. 14 — DE 22 DE FEVEREIRO DE 1963

O Engenheiro Efraim Ramiro Bentes, Secretário de Estado de Obras, Terras e Aguas, por nomeação legal, etc., usando de suas atribuições e devidamente autorizado pelo Exmo. Sr. Dr. Governador do Estado,

Considerando que na Lei Orçamentária do ano de 1962, revigorada para o corrente exercício, na Tabela n. 112 — Serviço de Cadastro Rural — para levantamento Cadastral — foi consignada a dotação anual de quatro milhões de cruzeiros (Cr\$ 4.000.000,00),

RESOLVE:

Admitir com os vencimentos mensais adiante referidos os seguintes auxiliares, a partir de 13 do corrente:

Escriturário — Paulo Roberto Saboia, Cr\$ 11.000,00; Inspetor de Terras — José Adelino de Oliveira, Cr\$ 22.000,00.

Além dos vencimentos constantes desta Portaria, os auxiliares supra referidos, farão jus ao abono previsto pela Lei n. 2.464 de 30.12.1961.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

Eng. Efraim Ramiro Bentes
Secretário de Estado

PORTARIA N. 15 — DE 22 DE FEVEREIRO DE 1963

O Engenheiro Efraim Ramiro Bentes, Secretário de Estado de Obras, Terras e Aguas, por nomeação legal, etc., usando de suas atribuições e devidamente autorizado pelo Exmo. Sr. Dr. Governador do Estado,

Considerando que na Lei Orçamentária do ano de 1962, revigorada para o corrente exercício, na Tabela n. 112 — Serviço de Cadastro Rural — para levantamento Cadastral — foi consignada a dotação anual de quatro milhões de cruzeiros (Cr\$ 4.000.000,00),

RESOLVE:

Admitir com os vencimentos mensais referidos, os seguintes auxiliares, a partir de 2 de janeiro de 1963, pelo fato de se encontrarem no exercício de suas funções desde esta data:

Agrimensores — Antonio A. Hoyos Bentes, Stones Bentes, Benedito D. Socio Neto, Mario Yamanuth, Cr\$ 17.000,00 cada; Desenhista — José Maria Lima, Cr\$ 13.000,00; Motoristas — Coaraci Antonio Souto, José Ribamar Câmara, Elias Silva, Cr\$ 12.000,00 cada; Inspetor de Terras — Francisco Sarmento de Sales, Rosemário Batista Filho, Miguel Brandão Alcides Leal, Antonio A. Maranhão, Cr\$ 22.000,00 cada; Serventes — Otavio Marques, Mario Leontino Jesus, Cr\$ 9.000,00 cada.

Além dos vencimentos constantes desta Portaria os auxiliares supra referidos, farão jus ao abono previsto pela Lei n. 2.464 de 30.12.1961.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

Eng. Efraim Ramiro Bentes
Secretário de Estado

**PORTARIA N. 16 — DE 27 DE
FEVREIRO DE 1963**

O Engenheiro Efraim Ramiro Bentes, Secretário de Estado de Obras, Terras e Águas, por nomeação legal, etc., usando de suas atribuições,

Considerando o elevado número de petições protocoladas, diariamente, nesta Secretaria, relativas à compra de terras, arrendamentos de seringais e castanhais, e etc.;

Considerando o consumo acentuado de impressos, na tramitação dessas petições;

Considerando a necessidade imperiosa de não retardar o andamento desses processos o que é de interesse mútuo da Secretaria e das partes interessadas;

RESOLVE:

a) Autorizar a Diretoria do Expediente, através do Protocolo da S.E.O.T.A., a cobrar a quantia de Cr\$ 1.000,00 (Hum mil cruzeiros), por ocasião da entrada de petições de compras de terras, arrendamentos ou aforamentos de seringais e castanhais, e etc.;

b) A D.E. extrairá recibo dessa quantia, em três (3) vias, sendo que uma será entregue à parte interessada, uma ficará no Gabinete da S.E.O.T.A., e a terceira via, será encaminhada à Secretaria de Estado de Finanças.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

Eng. Efraim Ramiro Bentes
Secretário de Estado

**PORTARIA N. 17 — DE 4 DE
MARÇO DE 1963**

O Engenheiro Efraim Ramiro Bentes, Secretário de Estado de Obras, Terras e Águas, por nomeação legal, etc., usando de suas atribuições e,

Considerando que o motorista (Diarista) Elias Silva, utilizou para serviços particulares, a camioneta desta Secretaria de Estado, no dia 27 de fevereiro último, consoante declarações que prestou neste Gabinete, nesta data:

RESOLVE:

Suspende-lo do exercício de suas funções pelo prazo de oito (8) dias, contados desta data.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

Belém, 4 de março de 1963.
Eng. Efraim Ramiro Bentes
Secretário de Estado

Sentença proferida pelo Exmo. Sr.

Dr. Secretário de Estado de Obras, Terras e Águas nos autos de medição e discriminação de um lote de terras devolutas do Estado, no município de Capim, em que é discriminante: Djalma Pinheiro Cabette.

Considerando que o presente processo está revestido das formalidades legais;

Considerando que no curso do mesmo não houve protesto nem reclamação;

Considerando que os pareceres Técnico, Jurídico e Administrativo do Serviço de Terras desta Secretaria de Estado são favoráveis a sua aprovação;

Considerando tudo o mais que dos autos consta;

Aprovo o presente processo de medição e discriminação para que produza todos os seus efeitos de direito.

Publique-se na I.O. e volte ao Serviço de Terras para os ulteriores legais.

S.E.O.T.A. em 5/3/63.
Eng. Efraim Ramiro Bentes
Secretário de Estado

Sentença proferida pelo Exmo. Sr.

Dr. Secretário de Estado de Obras, Terras e Águas nos autos de medição e discriminação de um lote de terras devolutas do Estado, no município de Capim, em que é discriminante: Alfredo Hello Pereira.

Considerando que o presente processo está revestido das formalidades legais;

Considerando que no curso do mesmo não houve protesto nem reclamação;

Considerando que os pareceres Técnico, Jurídico e Administrativo do Serviço de Terras desta Secretaria de Estado são favoráveis a sua aprovação;

Considerando tudo o mais que dos autos consta;

Aprovo o presente processo de medição e discriminação para que produza todos os seus efeitos de direito.

Publique-se na I.O. e volte ao Serviço de Terras para os ulteriores legais.

S.E.O.T.A. em 5/3/63.
Eng. Efraim Ramiro Bentes
Secretário de Estado

Sentença proferida pelo Exmo. Sr.

Dr. Secretário de Estado de Obras, Terras e Águas nos autos de medição e discriminação de um lote de terras devolutas do Estado no Município de Capim, em que é discriminante: Manoel Pereira dos Santos.

Considerando que o presente processo está revestido das formalidades legais;

Considerando que no curso do mesmo não houve protesto nem reclamação;

Considerando que os pareceres Técnico, Jurídico e Administrativo do Serviço de Terras desta Secretaria de Estado são favoráveis a sua aprovação;

Considerando tudo o mais que dos autos consta;

Aprovo o presente processo de medição e discriminação para que produza todos os seus efeitos de direito.

Publique-se na I.O. e volte ao Serviço de Terras para os ulteriores legais.

S.E.O.T.A. em 5/3/63.
Eng. Efraim Ramiro Bentes
Secretário de Estado

Sentença proferida pelo Exmo. Sr.

Dr. Secretário de Estado de Obras, Terras e Águas nos autos de medição e discriminação de um lote de terras devolutas do Estado no Município de Capim, em que é discriminante: Maria Adelaide Pereira Centola.

Considerando que o presente processo está revestido das formalidades legais;

Considerando que no curso do mesmo não houve protesto nem reclamação;

Considerando que os pareceres Técnico, Jurídico e Administrativo do Serviço de Terras desta Secretaria de Estado são favoráveis a sua aprovação;

Considerando tudo o mais que dos autos consta;

Aprovo o presente processo de medição e discriminação para que produza todos os seus efeitos de direito.

Publique-se na I.O. e volte ao Serviço de Terras para os ulteriores legais.

S.E.O.T.A. em 5/3/63.
Eng. Efraim Ramiro Bentes
Secretário de Estado

Sentença proferida pelo Exmo. Sr.

Dr. Secretário de Estado de Obras, Terras e Águas nos autos de medição e discriminação de um lote de terras devolutas do Estado no Município de Capim, em que são discriminantes: Honório Cândido de Paula e João Vasques.

Considerando que o presente processo está revestido das formalidades legais;

Considerando que no curso do mesmo não houve protesto nem reclamação;

Considerando que os pareceres Técnico, Jurídico e Administrativo do Serviço de Terras desta Secretaria de Estado são favoráveis a sua aprovação;

Considerando tudo o mais que dos autos consta;

Aprovo o presente processo de medição e discriminação para que produza todos os seus efeitos de direito.

Publique-se na I.O. e volte ao Serviço de Terras para os ulteriores legais.

S.E.O.T.A. em 5/3/63.
Eng. Efraim Ramiro Bentes
Secretário de Estado

Sentença proferida pelo Exmo. Sr.

Dr. Secretário de Estado de Obras, Terras e Águas nos autos de medição e discriminação de um lote de terras devolutas do Estado no Município de Capim, em que é discriminante: Aparecida de Faria Queiroz.

Considerando que o presente processo está revestido das formalidades legais;

Considerando que no curso do mesmo não houve protesto nem reclamação;

Considerando que os pareceres Técnico, Jurídico e Administrativo do Serviço de Terras desta Secretaria de Estado são favoráveis a sua aprovação;

Considerando tudo o mais que dos autos consta;

Aprovo o presente processo de medição e discriminação para que produza todos os seus efeitos de direito.

Publique-se na I.O. e volte ao Serviço de Terras para os ulteriores legais.

S.E.O.T.A. em 5/3/63.
Eng. Efraim Ramiro Bentes
Secretário de Estado

Sentença proferida pelo Exmo. Sr.

Dr. Secretário de Estado de Obras, Terras e Águas nos autos de medição e discriminação de um lote de terras devolutas do Estado no Município de Curuçá, em que é requerente: Ubaldina Ferreira Soares.

Considerando que o presente processo está revestido das formalidades legais;

Considerando que no curso do mesmo não houve protesto nem reclamação;

Considerando que os pareceres Técnico, Jurídico e Administrativo do Serviço de Terras desta Secretaria de Estado são favoráveis a sua aprovação;

Considerando tudo o mais que dos autos consta;

Aprovo o presente processo de medição e discriminação para que produza todos os seus efeitos de direito.

Publique-se na I.O. e volte ao Serviço de Terras para os ulteriores legais.

Eng. Efraim Ramiro Bentes
Secretário de Estado

Sentença proferida pelo Exmo. Sr.

Dr. Secretário de Estado de Obras, Terras e Águas nos autos de medição e discriminação de um lote de terras devolutas do Estado no Município de Óbidos, em que é requerente: Vicente Fernandes de Moura.

Considerando que o presente processo está revestido das formalidades legais;

Considerando que no curso do mesmo não houve protesto nem reclamação;

Considerando que os pareceres Técnico, Jurídico e Administrativo do Serviço de Terras desta Secretaria de Estado são favoráveis a sua aprovação;

Considerando tudo o mais que dos autos consta;

Aprovo o presente processo de medição e discriminação para que produza todos os seus efeitos de direito.

Publique-se na I.O. e volte ao Serviço de Terras para os ulteriores legais.

S.E.O.T.A. em 4/3/63.
Eng. Efraim Ramiro Bentes
Secretário de Estado

Sentença proferida pelo Exmo. Sr.

Dr. Secretário de Estado de Obras, Terras e Águas nos autos de medição e discriminação de um lote de terras devolutas do Estado no Município de Curuçá, em que é requerente: Raimundo Ferreira Gomes.

Considerando que no curso do mesmo não houve protesto nem reclamação;

Considerando que os pareceres Técnico, Jurídico e Administrativo do Serviço de Terras desta Secretaria de Estado são favoráveis a sua aprovação;

Considerando tudo o mais que dos autos consta;

Aprovo o presente processo de medição e discriminação para que produza todos os seus efeitos de direito.

Publique-se na I.O. e volte ao Serviço de Terras para os ulteriores legais.

S.E.O.T.A. em 4/3/63.
Eng. Efraim Ramiro Bentes
Secretário de Estado

Sentença proferida pelo Exmo. Sr.

Dr. Secretário de Estado de Obras, Terras e Águas, nos autos de medição e discriminação de um lote de terras devolutas do Estado, no município de Abaetetuba, em que é requerente: Raimundo Souza de Araújo.

Considerando que o presente processo está revestido das formalidades legais;

Considerando que no curso do mesmo não houve protesto ou reclamação;

Considerando que os pareceres Técnico, Jurídico e Administrativo do Serviço de Terras desta Secretaria de Estado são favoráveis a sua aprovação;

Considerando tudo o mais que dos autos consta;

Aprovo o presente processo de medição e discriminação para que produza todos os seus efeitos de direito.

Publique-se na I.O. e volte ao Serviço de Terras para os ulteriores legais.

S.E.O.T.A. em 4/3/63.
Eng. Efraim Ramiro Bentes
Secretário de Estado

Sentença proferida pelo Exmo. Sr. Dr. Secretário de Estado de Obras, Terras e Águas, nos autos de medição e discriminação de um lote de terras devolutas do Estado, no Município de Juruti, em que é requerente: Antônio Rodrigues de Oliveira. Considerando que o presente processo está revestido das formalidades legais;

Considerando que no curso do mesmo não houve protesto nem reclamação;

Considerando que os pareceres Técnico, Jurídico e Administrativo do Serviço de Terras desta Secretaria de Estado são favoráveis a sua aprovação;

Considerando tudo o mais que dos autos consta;

Aprovo o presente processo de medição e discriminação para que produza todos os seus efeitos de direito.

Publique-se na I.O. e volte ao Serviço de Terras para os ulteriores legais.

S.E.O.T.A. em, 4/3/63.
Eng. Efraim Ramiro Bentes
Secretário de Estado

Sentença proferida pelo Exmo. Sr. Dr. Secretário de Estado de Obras, Terras e Águas nos autos de medição e discriminação de um lote de terras devolutas do Estado no Município de Juruti, em que é requerente: Zilda Paes Guimarães dos Santos.

Considerando que o presente processo está revestido das formalidades legais;

Considerando que no curso do mesmo não houve protesto nem reclamação;

Considerando que os pareceres Técnico, Jurídico e Administrativo do Serviço de Terras desta Secretaria de Estado são favoráveis a sua aprovação;

Considerando tudo o mais que dos autos consta;

Aprovo o presente processo de medição e discriminação para que produza todos os seus efeitos de direito.

Publique-se na I.O. e volte ao Serviço de Terras para os ulteriores legais.

S.E.O.T.A. em, 4/3/63.
Eng. Efraim Ramiro Bentes
Secretário de Estado

Sentença proferida pelo Exmo. Sr. Dr. Secretário de Estado de Obras, Terras e Águas nos autos de medição e discriminação de um lote de terras devolutas do Estado no Município de Juruti, em que é requerente: Carlos da Silva Bruce.

Considerando que o presente processo está revestido das formalidades legais;

Considerando que no curso do mesmo não houve protesto nem reclamação;

Considerando que os pareceres Técnico, Jurídico e Administrativo do Serviço de Terras desta Secretaria de Estado são favoráveis a sua aprovação;

Considerando tudo o mais que dos autos consta;

Aprovo o presente processo de medição e discriminação para que produza todos os seus efeitos de direito.

Publique-se na I.O. e volte ao Serviço de Terras para os ulteriores legais.

S.E.O.T.A. em, 4/3/63.
Eng. Efraim Ramiro Bentes
Secretário de Estado

Sentença proferida pelo Exmo. Sr. Dr. Secretário de Estado de Obras, Terras e Águas nos autos de medição e discriminação de um lote de terras devolutas do Estado no Município de Juruti, em que é requerente: Maria José Pires Salgado.

Considerando que o presente processo está revestido das formalidades legais;

Considerando que no curso do mesmo não houve protesto nem reclamação;

Considerando que os pareceres Técnico, Jurídico e Administrativo do Serviço de Terras desta Secretaria de Estado são favoráveis a sua aprovação;

Considerando tudo o mais que dos autos consta;

Aprovo o presente processo de medição e discriminação para que produza todos os seus efeitos de direito.

Publique-se na I.O. e volte ao Serviço de Terras para os ulteriores legais.

S.E.O.T.A. em, 4/3/63.
Eng. Efraim Ramiro Bentes
Secretário de Estado

Sentença proferida pelo Exmo. Sr. Dr. Secretário de Estado de Obras, Terras e Águas nos autos de medição e discriminação de um lote de terras devolutas do Estado no Município de Ananindeua, em que é requerente: Luiz Fava.

Considerando que o presente processo está revestido das formalidades legais;

Considerando que no curso do mesmo não houve protesto nem reclamação;

Considerando que os pareceres Técnico, Jurídico e Administrativo do Serviço de Terras desta Secretaria de Estado são favoráveis a sua aprovação;

Considerando tudo o mais que dos autos consta;

Aprovo o presente processo de medição e discriminação para que produza todos os seus efeitos de direito.

Publique-se na I.O. e volte ao Serviço de Terras para os ulteriores legais.

S.E.O.T.A. em, 4/3/63.
Eng. Efraim Ramiro Bentes
Secretário de Estado

Sentença proferida pelo Exmo. Sr. Dr. Secretário de Estado de Obras, Terras e Águas nos autos de medição e discriminação de um lote de terras devolutas do Estado no Município de Abaetetuba, em que é requerente: Cantionilo Alves Cardoso.

Considerando que o presente processo está revestido das formalidades legais;

Considerando que no curso do mesmo não houve protesto nem reclamação;

Técnico, Jurídico e Administrativo do Serviço de Terras desta Secretaria de Estado são favoráveis a sua aprovação;

Considerando tudo o mais que dos autos consta;

Aprovo o presente processo de medição e discriminação para que produza todos os seus efeitos de direito.

Publique-se na I.O. e volte ao Serviço de Terras para os ulteriores legais.

S.E.O.T.A. em, 4/3/63.
Eng. Efraim Ramiro Bentes
Secretário de Estado

Sentença proferida pelo Exmo. Sr. Dr. Secretário de Estado de Obras, Terras e Águas nos autos de medição e discriminação de um lote de terras devolutas do Estado no Município de Abaetetuba, em que é requerente: Vitorino Alves Cardoso.

Considerando que o presente processo está revestido das formalidades legais;

Considerando que no curso do mesmo não houve protesto nem reclamação;

Considerando que os pareceres Técnico, Jurídico e Administrativo do Serviço de Terras desta Secretaria de Estado são favoráveis a sua aprovação;

Considerando tudo o mais que dos autos consta;

Aprovo o presente processo de medição e discriminação para que produza todos os seus efeitos de direito.

Publique-se na I.O. e volte ao Serviço de Terras para os ulteriores legais.

S.E.O.T.A. em, 4/3/63.
Eng. Efraim Ramiro Bentes
Secretário de Estado

Homologação de sentença proferida pelo Exmo. Sr. Dr. Governador do Estado, nos autos de compra de terras devolutas do Estado, no Município de Abaetetuba, em que é requerente: Miguel Cardoso Negrão.

Considerando que o presente processo está revestido das formalidades legais;

Considerando que publicada a sentença favorável ao requerente no DIÁRIO OFICIAL de 3/10/62, nenhum recurso foi contra a mesma interposto;

Considerando tudo o mais que dos autos consta;

Homologo a sentença de fls. 15, proferida pelo Exmo. Sr. Dr. Secretário de Estado de Obras, Terras e Águas, para que produza todos os seus efeitos de direito.

Publique-se na I.O. e volte a S.E.O.T.A. para os ulteriores legais.

Belém, 27/2/63.

Dr. Aurélio Corrêa do Carmo
Governador do Estado

GOVERNO FEDERAL

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SUPERINTENDENCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA

PROCESSO N. 8.088/62

Término de contrato entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e a Arquidiocese de Manaus, para aplicação da verba de Cr\$ 1.000.000,00 — Dotação de 1962, destinada à Ação Social Arquidiocesana a cargo da referida Arquidiocese.

Entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e a Arquidiocese de Manaus — Amazonas, daqui por diante denominadas, respectivamente, SPVEA e EXECUTORA, representada a primeira pelo seu Superintendente, Doutor Mário Dias Teixeira, e a segunda pelo seu Procurador, Padre Lisbino Garcia do Carmo, identificado neste ato como o próprio, foi firmado o presente contrato para o fim especial de dispôr sobre a utilização dos recursos constantes do Orçamento da União para o exercício de 1962, contrato este firmado nos termos do artigo quarto (4.º), alínea b, do Regulamento aprovado pelo Decreto número trinta e quatro mil cento e trinta e dois (34.132), de nove (9) de outubro de mil novecentos e cinquenta e três (1953), o qual se regerá pelas disposições desse Regulamento, pelas da lei número mil oitocentos e seis (1.806), de seis (6) de janeiro de mil novecentos e cinquenta e três (1953), pelas do Decreto número trinta e cinco mil cento e quarenta e dois (35.142), de quatro (4) de março de mil novecentos e cinquenta e quatro (1954), e, no que lhe forem aplicáveis, pelas da Portaria número mil seiscientos e quarenta e dois (1.642), de dezessete (17) de junho de mil novecentos e cinquenta e oito (1958) da SPVEA, e, especialmente, pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: — O presente contrato vigorará da data de seu registro pelo Tribunal de Contas da União até o dia trinta e um (31) de dezembro de mil novecentos e sessenta e quatro (1964). A recusa do registro, pelo Tribunal de Contas, não dará cabimento a qualquer reclamação ou indenização.

CLÁUSULA SEGUNDA: — Pelo presente contrato a EXECUTORA obriga-se a empregar os recursos que lhe serão facultados pela SPVEA, classificados na cláusula seguinte, obedecendo ao plano de aplicação que, devidamente rubricado pelos representantes das entidades contratantes que a este acompanha, dele fazendo parte integrante como seu único anexo.

CLÁUSULA TERCEIRA: — Para execução dos serviços previstos no presente contrato, a SPVEA entregará à EXECUTORA a quantia de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzelros), valor da dotação constante do Orçamento da União para o exercício de 1962, Anexo 4 — Poder Executivo; Sub-Anexo 08 — SPVEA, DESPESAS ORDINÁRIAS: Verba

2.0.00 — Transferências; CONSIGNAÇÕES: 2.2.00 — Dispositivos Constitucionais; 2.2.03 — Valorização Econômica da Amazônia (Art. 199 da Const. Federal); DISCRIMINAÇÃO DA DESPESA: 2.0.00 — Transferências; 2.1.00 — Auxílios e Subvenções; 03 — Subvenções Extraordinárias; 28 — Diversos; 1 — Para execução dos serviços e obras assistenciais e educativas das entidades pelas Arquidioceses e Prelazias Nullius da Amazônia, conforme plano de distribuição e ampliação em anexo e em obediência ao disposto no Decreto 42.645, de 14 de novembro de 1957 — 3% das dotações relativas a despesas de Capital. A dotação desta subconsignação terá seu valor e distribuição incluídos pelo Poder Legislativo, de acordo com o Artigo 18 da Lei n. 1.493 de 13 de dezembro de 1951; modificada pela Lei n. 2.268, de 12 de julho de 1954 (Adendo A); 1 — Desenvolvimento Cultural; 5 — Centros Sociais; 04 — Amazonas; 1 — Ação Social Arquidiocesana, Arquidiocese de Manaus — Cr\$ 1.000.000,00. — A dotação a que se refere esta cláusula, foi totalmente inscrita em "Restos a Pagar" de 1962, sob o n. 0226. A quantia correspondente foi deduzida do crédito distribuído ao tesouro Nacional.

PARAGRAFO ÚNICO: — O pagamento a que se refere esta cláusula, de acordo com a prioridade da verba, será feito em parcelas e segundo as disponibilidades em dinheiro da SPVEA, subordinando-se, contudo, o pagamento da primeira parcela à aprovação, por esta, das contas relativas às dotações recebidas pela segunda contratante no exercício anterior.

CLAUSULA QUARTA: — A EXECUTORA prestará contas à SPVEA das importâncias recebidas em cumprimento do presente contrato, obedecendo às normas adotadas por esta. O pagamento de uma parcela poderá ser feita sem a prestação de contas da anterior, mas não sem a da que a

esta tenha precedido e, de qualquer maneira, a prestação de contas da última parcela recebida em um exercício deverá ser feita até o último dia de fevereiro do ano seguinte.

CLAUSULA QUINTA: — A EXECUTORA apresentará à SPVEA, relatórios trimestrais dos trabalhos realizados e em andamento, obrigando-se, ainda, a prestar quaisquer informações que, pela mesma, lhe sejam solicitadas, submetendo-se, igualmente, à sua fiscalização técnica e contábil.

CLAUSULA SEXTA: — A SPVEA se reserva o direito de sustar, a qualquer tempo, o pagamento de importância convencionada se verificar que a aplicação da mesma não está se fazendo segundo o plano aprovado, sem prejuízo das demais consequências resultantes da infração.

CLAUSULA SÉTIMA: — Poderá este contrato ser ampliado, alterado, renovado ou modificado, a qualquer tempo, quando for de interesse das partes contratantes, mas todas as modificações deverão ser feitas mediante assinatura de termos aditivos ao presente, submetidos à apreciação do Tribunal de Contas da União.

E, por assim estarem de acordo as entidades interessadas, eu, Maria de Nazaré Lemos Bolonha, Oficial de Administração C-16 da SPVEA, lavrei o presente termo, o qual depois de lido e achado conforme, val assinado pelos representantes das entidades contratantes, e por mim, com as testemunhas abaixo, para todos os fins de direito.

Belém, 4 de março de 1963.

MÁRIO DIAS TEIXEIRA

Pe. LISBINO GARCIA DO CARMO

MARIA DE NAZARÉ LEMOS BOLONHA

Testemunhas:

Ana Maria Ramos

Henrique Ramos de Sousa

Anexo ao convênio firmado entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e a Arquidiocese de Manaus, Estado do Amazonas, para aplicação da dotação de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), consignada no Orçamento da União para o exercício de 1962, e destinada à Ação Social Arquidiocesana a cargo da referida Arquidiocese.

DISCRIMINAÇÃO	U	Q	P R E Ç O	
			UNITARIO	TOTAL
I — EQUIPAMENTO				
Morim p/fraldas	m	480	200,00	96.000,00
Opala p/Camizinhas	m	400	120,00	48.000,00
Flanelas	m	400	120,00	48.000,00
Lã para confecção de sapatinhos	cx	20	7.000,00	140.000,00
Linha Zebra p/cost.	cx	30	1.000,00	30.000,00
Máquina de Costura "Singer"	—	2	45.000,00	90.000,00
Cadeiras Cimo	—	6	2.000,00	12.000,00
II — MANUTENÇÃO				
Arroz	sc	30	3.300,00	99.000,00
Açúcar	sc	30	4.000,00	120.000,00
Feijão	sc	30	6.200,00	186.000,00
Malvena	cx	30	1.500,00	45.000,00
Sabão Tuchaia	cx	10	3.300,00	33.000,00
Café	kg	450	56,00	25.200,00
III — EVENTUAIS				
TOTAL GERAL			Cr\$	1.000.000,00

PROCESSO N. 7.060/62

Térmo de contrato entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e a Arquidiocese de Manaus, Estado do Amazonas, para aplicação da verba de Cr\$ 700.000,00, dotação de 1962, destinada ao Instituto Nossa Senhora de Fátima, Itacoatiara, a cargo da referida Arquidiocese.

Entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e a Arquidiocese de Manaus — Estado do Amazonas, daqui por diante denominadas, respectivamente SPVEA e EXECUTORA, representada a primeira pelo seu Superintendente, Doutor Mário Dias Teixeira e a segunda pelo seu Procurador, Pe. Lisbino Garcia do Carmo, identificada neste ato como a própria, foi firmado o presente contrato para o fim especial de dispor sobre a utilização dos recursos constantes do Orçamento da União para o exercício de 1962, contrato este firmado nos termos do artigo quarto (4.º), alínea b, do Regulamento aprovado pelo Decreto número trinta e quatro mil cento e trinta e dois (34.132), de nove (9) de outubro de mil novecentos e cinquenta e três (1953), o qual se regerá pelas disposições desse Regulamento, pelas da lei número mil oitocentos e seis (1.806), de seis (6) de janeiro de mil novecentos e cinquenta e três (1953) pelas do Decreto número trinta e cinco mil cento e quarenta e dois (35.142), de quatro (4) de março

de mil novecentos e cinquenta e quatro (1954), e, no que lhe forem aplicáveis, pelas da Portaria número mil seiscientos e quarenta e dois (1.642), de dezessete (17) de junho de mil novecentos e cinquenta e oito (1958) da SPVEA, e, especialmente, pelas cláusulas seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA: — O presente contrato vigorará da data de seu registro pelo Tribunal de Contas da União até o dia trinta e um (31) de dezembro de mil novecentos e sessenta e quatro. A recusa do registro, pelo Tribunal de Contas, não dará cabimento a qualquer reclamação ou indenização.

CLAUSULA SEGUNDA: — Pelo presente contrato a EXECUTORA obriga-se a empregar os recursos que lhe serão facultados pela SPVEA, classificados na cláusula seguinte, obedecendo ao plano de aplicação que, devidamente rubricado pelos representantes das entidades contratantes que a este acompanha, dele fazendo parte integrante como seu único anexo.

CLAUSULA TERCEIRA: — Para execução dos serviços previstos no presente contrato, a SPVEA entregará à EXECUTORA, a quantia de Cr\$ 700.000,00 (setecentos mil cruzeiros), valor da dotação constante do Orçamento da União para o exercício de 1962. Anexo 4 — Poder Executivo; Sub-Anexo 08 — SPVEA; DESPESAS ORDINARIAS; Verba 2.0.00 — Transferências; CONSIGNAÇÕES: 2.2.00 —

Dispositivos Constitucionais; 2.2.03 — Valorização Econômica da Amazônia (Art. 199 da Const. Federal); DISCRIMINAÇÃO DA DESPESA: 2.0.00 — Transferências; 2.1.00 — Auxílios e Subvenções; 03 — Subvenções Extraordinárias; 28 — Diversos; 1 — Para execução dos serviços e obras assistenciais e educativas das entidades, pelas Arquidioceses e Prelazias Nullius da Amazônia, conforme plano de distribuição e ampliação com anexo em obediência ao disposto no Decreto n. 42.645, de 14 de novembro de 1957 — 3% das dotações relativas a despesas de Capital. A dotação desta subconsignação terá seu valor e distribuição incluídos pelo Poder Legislativo, de acordo com o Art. 18 da Lei 1.806, combinado com o disposto na Lei 1.493, de 13 de dezembro de 1951, modificada pela Lei n. 2.266, de 12 de julho de 1954 (Adendo A); 1 — Desenvolvimento Cultural; 2 — Educação de Base; 04 — Amazonas; 1 — Instituto Nossa Senhora de Fátima, Itacoatiara, Arquidiocese de Manaus — Cr\$ 700.000,00 — A dotação a que se refere esta Cláusula, foi totalmente inscrita em "Restos a Pagar" de 1962, sob o n. 0229. A quantia correspondente foi deduzida do crédito distribuído ao Tesouro Nacional.

PARÁGRAFO ÚNICO: — O pagamento a que se refere esta cláusula, de acordo com a prioridade da verba, será feito em parcelas e segundo as disponibilidades em dinheiro da SPVEA, subordinando-se, contudo, o pagamento da primeira parcela à aprovação, por esta, das contas relativas às dotações recebidas pela segunda contratante no exercício anterior.

CLÁUSULA QUARTA: — A EXECUTORA prestará contas à SPVEA das importâncias recebidas em cumprimento do presente contrato, obedecendo às normas adotadas por

esta. O pagamento de uma parcela poderá ser feito sem a prestação de contas da anterior, mas não sem a da que a esta tenha precedido e, de qualquer maneira, a prestação de contas da última parcela recebida em um exercício deverá ser feita até o último dia de fevereiro do ano seguinte.

CLÁUSULA QUINTA: — A EXECUTORA apresentará à SPVEA, relatórios trimestrais dos trabalhos realizados e em andamento, obrigando-se, ainda, a prestar quaisquer informações que, pela mesma, lhe sejam solicitadas, submetendo-se, igualmente, à sua fiscalização técnica e contábil.

CLÁUSULA SEXTA: — A SPVEA se reserva o direito de sustar, a qualquer tempo, o pagamento de importância convencionada se verificar que a aplicação da mesma não está se fazendo segundo o plano aprovado, sem prejuízo das demais consequências resultantes da infração.

CLÁUSULA SÉTIMA: — Poderá este contrato ser ampliado, alterado, renovado ou modificado, a qualquer tempo, quando for de interesse das partes contratantes, mas todas as modificações deverão ser feitas mediante assinatura de termos aditivos ao presente, submetidos à apreciação do Tribunal de Contas da União.

E, por assim estarem de acordo as entidades interessadas, eu, Maria de Nazaré Lemos Bolonha, Oficial de Administração C-16 da SPVEA, lavrei o presente termo, o qual depois de lido e achado conforme, vai assinado pelos representantes das entidades contratantes, e por mim, com as testemunhas abaixo, para todos os fins de direito.

Belém, 4 de março de 1963.

MARIO DIAS TEIXEIRA

Pe. LISBINO GARCIA DO CARMO

MARIA DE NAZARÉ LEMOS BOLONHA

Testemunhas:

Ilda Ramos Almeida

Henrique Ramos M. de Sousa

PROCESSO N. 7060/62

ORÇAMENTO

ESTADO DO AMAZONAS

Plano de aplicação de Cr\$ 700.000,00, dotação de 1962, des tinada ao Instituto Nossa Senhora de Fátima, Itacoatiara, Arquidiocese de Manaus.

DISCRIMINAÇÃO	U	Q	P R E Ç O	
			UNITARIO	TOTAL
1. — DESPESAS INICIAIS				
1.1. Estudos e Projetos	vb	—	—	60.000,00
				60.000,00
2. — SERVIÇOS PRELIMINARES				
2.1. Limpeza do terreno	m2	400	20,00	8.000,00
2.2. Barracão para material	vb	—	—	40.000,00
2.3. Locação da obra	vb	—	—	30.000,00
2.4. Andaimos	m2	174	210,00	36.540,00
				114.540,00
3. — MOVIMENTO DE TERRA				
3.1. Escavação	m3	55	330,00	18.150,00
3.2. Atérro	m3	57	380,00	21.060,00
				39.210,00
4. — ALVENARIA DE PEDRA				
4.1. Fundações	m3	55	4.250,00	233.750,00
4.2. Baldrames	m3	5	4.980,00	24.900,00
				258.650,00
5. — CONCRETO SIMPLES				
5.1. Camada impermeabilizadora	m3	29	4.555,00	132.095,00
5.2. Passeios de proteção	m2	48	500,00	24.000,00
				156.095,00
6. — EVENTUAIS E ADMINISTRAÇÃO				
6.1. Previsão	vb	—	—	71.505,00
				71.505,00
TOTAL GERAL			Cr\$	700.000,00

PROCESSO N. 3.008/62

Térmo de contrato entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e a Arquidiocese de Manaus, Estado do Amazonas, para aplicação da verba de Cr\$ 400.000,00, dotação de 1962, destinada ao Grupo Escolar São Luiz de Gonzaga, a cargo da referida Arquidiocese.

Entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e a Arquidiocese de Manaus — Amazonas, daqui por diante denominadas, respectivamente, SPVEA e EXECUTORA, representada a primeira pelo seu Superintendente, Doutor Mário Dias Teixeira, e a segunda pelo seu Procurador, Padre Lisbino Garcia do Carmo, identificado neste ato como o próprio, foi firmado o presente contrato para o fim especial de dispôr sobre a utilização dos recursos constantes do Orçamento da União para o exercício de 1962, contrato este firmado nos termos do artigo quarto (4.º), alínea b), do Regulamento aprovado pelo Decreto número trinta e quatro mil cento e trinta e dois (34.132), de nove (9) de outubro de mil novecentos e cinquenta e três (1953), o qual se regerá pelas disposições desse Regulamento, pelas da lei número mil oitocentos e seis (1.806), de seis (6) de janeiro de mil novecentos e cinquenta e três (1953), pelas do Decreto número trinta e cinco mil cento e quarenta e dois (35.142), de quatro (4) de março de mil novecentos e cinquenta e quatro (1954), e, no que lhe forem aplicáveis, pelas da Portaria número mil seiscentos e quarenta e dois (1.642), de dezessete (17) de junho de mil novecentos e cinquenta e oito (1958) da SPVEA, e, especialmente, pelas cláusulas seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA: — O presente contrato vigorará da data de seu registro pelo Tribunal de Contas da União até o dia trinta e um (31) de dezembro de mil novecentos e sessenta e quatro (1964). A recusa do registro, pelo Tribunal de Contas, não dará cabimento a qualquer reclamação ou indenização.

CLAUSULA SEGUNDA: — Pelo presente contrato a EXECUTORA obriga-se a empregar os recursos que lhe serão facultados pela SPVEA, classificados na cláusula seguinte, obedecendo ao plano de aplicação que, devidamente rubricado pelos representantes das entidades contratantes que a este acompanha, dele fazendo parte integrante como seu único anexo.

CLAUSULA TERCEIRA: — Para execução dos serviços previstos no presente contrato, a SPVEA entregará à EXECUTORA, a quantia de quatrocentos mil cruzeiros (Cr\$ 400.000,00), valor da dotação constante do Orçamento da União, para o exercício de 1962. Anexo 4 — Poder Executivo; Sub-Anexo 08 — SPVEA; Despesas Ordinárias; Verba: 2.0.00 — Transferências; Consignações: 2.2.00 — Dispositivos Constitucionais; 2.2.03 — Valorização Econômica da Amazônia (Art. 199, da Const. Federal); Discriminação da Despesa: 2.0.00 — Transferências; 2.1.00 — Auxílios e Subvenções; 03 — Subvênções Extraordinárias; 28 — Diversos; 1 — Para execução dos serviços e obras assistenciais e educativas das entidades, pelas Arquidioceses e Prelazias Nullius da Amazônia, conforme plano de distribuição e ampliação em obediência ao dispositivo no Decreto n.

42.645, de 14 de novembro de 1957 — 3% das dotações relativas à Despesas de Capital. A dotação desta subconsignação terá seu valor e distribuição incluídos pelo Poder Legislativo, de acordo com o art. 18, da Lei n. 1.806, combinado com o disposto na Lei n. 1.493, de 13 de dezembro de 1951, modificada pela Lei n. 2.266, de 12 de julho de 1954 (Adendo A); 1 — Desenvolvimento Cultural; 1 — Ensino Primário; 04 — Amazonas; 2 — Grupo Escolar São Luiz de Gonzaga, Arquidiocese de Manaus — Cr\$ 400.000,00 — A dotação a que se refere esta Cláusula, foi totalmente inscrita em "Restos a Pagar" de 1962, sob o n. 0200. A quantia correspondente foi deduzida do crédito distribuído ao Tesouro Nacional.

PARAGRAFO ÚNICO: — O pagamento a que se refere esta cláusula, de acordo com a prioridade da verba, será feito em parcelas e segundo as disponibilidades em dinheiro da SPVEA, subordinando-se, contudo, o pagamento da primeira parcela à aprovação, por esta, das contas relativas às dotações recebidas pela segunda contratante no exercício anterior.

CLAUSULA QUARTA: — A EXECUTORA prestará contas à SPVEA das importâncias recebidas em cumprimento do presente contrato, obedecendo às normas adotadas por esta. O pagamento de uma parcela poderá ser feito sem a prestação de contas da anterior, mas não sem a da que a esta tenha precedido e, de qualquer maneira, a prestação de contas da última parcela recebida em um exercício deverá ser feita até o último dia de fevereiro do ano seguinte.

CLAUSULA QUINTA: — A EXECUTORA apresentará à SPVEA, relatórios trimestrais dos trabalhos realizados e em andamento, obrigando-se, ainda, a prestar quaisquer informações que, pela mesma, lhe sejam solicitadas, submetendo-se, igualmente, à sua fiscalização técnica e contábil.

CLAUSULA SEXTA: — A SPVEA se reserva o direito de sustar, a qualquer tempo, o pagamento de importância convencionada se verificar que a aplicação da mesma não está se fazendo segundo o plano aprovado, sem prejuízo das demais consequências resultantes da infração.

CLAUSULA SÉTIMA: — Poderá este contrato ser ampliado, alterado, renovado ou modificado, a qualquer tempo, quando for de interesse das partes contratantes, mas todas as modificações deverão ser feitas mediante assinatura de termos aditivos ao presente, submetidos à apreciação do Tribunal de Contas da União.

E, por assim estarem de acordo, as entidades interessadas, eu, Maria de Nazaré Lemos Bolonha, Oficial de Administração C-16 da SPVEA, lavrei o presente termo, o qual depois de lido e achado conforme vai assinado pelos representantes das entidades contratantes, e por mim, com as testemunhas abaixo, para todos os fins de direito.

Belém, 4 de março de 1963.

MARIO DIAS TEIXEIRA

Pe. LISBINO GARCIA DO CARMO

MARIA DE NAZARÉ LEMOS BOLONHA

Testemunhas:

Henrique Ramos M. de Sousa

Ilda Ramos Almeida

PROCESSO N. 3.008/62

ORÇAMENTO

ESTADO DO AMAZONAS

Plano de aplicação de Cr\$ 400.000,00, dotação de 1962, destinada ao Grupo Escolar São Luiz de Gonzaga, Arquidiocese de Manaus.

DISCRIMINAÇÃO	U	Q	PREÇO	
			UNITARIO	TOTAL
A — OBRAS DA ALA CENTRAL				
I — ESQUADRIAS				
a) Vidros	m2	13	1.900,00	24.700,00
				24.700,00

II — PINTURA				
a) Pintura interna (tinta lavável)	m2	526	190,00	99.940,00
b) Pintura à óleo (esquadrias)	m2	158	450,00	71.100,00
				171.040,00
III — COLOCAÇÃO DE PARASÓIS SOBRE AS JANELAS	u	24	2.000,00	48.000,00
				48.000,00
IV — EVENTUAIS E ADMINISTRAÇÃO	vb	—	—	44.260,00
				44.260,00
TOTAL PARCIAL				288.000,00
B — EQUIPAMENTO				
I — Mesas e cadeiras para alunos adultos	u	40	2.800,00	112.000,00
				112.000,00
TOTAL GERAL			Cr\$	400.000,00

PROCESSO N. 3.975/62

Térmo de contrato entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e a Prelazia de Tefé, Estado do Amazonas, para aplicação da verba de Cr\$ 1.000.000,00 — Dotação de 1962, destinada às obras educacionais dos Padres do Espírito Santo.

Entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e a Prelazia de Tefé, Estado do Amazonas, daqui por diante denominadas respectivamente, SPVEA e EXECUTORA, representada a primeira pelo seu Superintendente, Doutor Mário Dias Teixeira, e a segunda pelo seu Procurador, Pe. Lisbino Garcia do Carmo, identificado neste ato como o próprio, foi firmado o presente contrato para o fim especial de dispor sobre a utilização dos recursos constantes do Orçamento da União para o exercício de 1962, contrato este firmado nos termos do artigo (4.º), alínea b, do Regulamento aprovado pelo Decreto número trinta e quatro mil cento e trinta e dois (34.132), de nove (9) de outubro de mil novecentos e cinquenta e três (1953), o qual se regerá pelas disposições desse Reg., pela da lei n.º mil e oitocentos e seis (1806), de seis (6) de janeiro de mil novecentos e cinquenta e três (1953), pelas do Decreto número trinta e cinco mil cento e quarenta e dois (35.142), de quatro (4) de março de mil novecentos e cinquenta e quatro (1954), e, no que lhe forem aplicáveis, pelas da Portaria número mil seiscientos e quarenta e dois (1.642), de dezessete (17) de junho de mil novecentos e cinquenta e oito (1958) da SPVEA, e, especialmente, pelas cláusulas seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA: — O presente contrato vigorará da data de seu registro pelo Tribunal de Contas da União até o dia trinta e um (31) de dezembro de mil novecentos e sessenta e quatro. A recusa do registro, pelo Tribunal de Contas, não dará cabimento a qualquer reclamação ou indenização.

CLAUSULA SEGUNDA: — Pelo presente contrato a EXECUTORA obriga-se a empregar os recursos que lhe serão facultados pela SPVEA, classificados na cláusula seguinte, obedecendo ao plano de aplicação que, devidamente rubricado pelos representantes das entidades contratantes que a este acompanha, dele fazendo parte integrante como seu único anexo.

CLAUSULA TERCEIRA: — Para execução dos serviços previstos no presente contrato, a SPVEA entregará à EXECUTORA a quantia de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de mil cruzeiros) valor da dotação constante do Orçamento da União para o exercício de 1962. Anexo 4 — Poder Executivo; Sub-Anexo 08 — SPVEA; DESPESAS ORDINARIAS: Verba 2.0.00 — Transferências; CONSIGNAÇÕES: 2.2.00 — Dispersões Constitucionais; 2.2.03 — Valorização Econômica da Amazônia (Art. 199 da Const. Federal); DISCRIMINAÇÃO DA DESPESA: 2.0.00 — Transferências; 2.1.00 — Auxílios e Subvenções; 03 — Subvenções Extraordinárias; 28 — Diversos; 1 — Para execução dos serviços e obras assistenciais e educativas das entidades pelas Arquidioceses e Prelazias Nullius da Amazônia, conforme plano de distribuição e ampliação em anexo e em obediência ao disposto no Decreto 42.645, de 14 de novembro de 1957 — 3% das dotações relativas a despesas de Capital. A dotação desta sub-

consignação terá seu valor e distribuição incluídos pelo Poder Legislativo, de acordo com o Art. 18 da Lei 1.806, combinado com o disposto na Lei 1.493, de 13 de dezembro de 1951, modificada pela Lei 2.266, de 12 de julho de 1954 (Adendo A); 1 — Desenvolvimento Cultural; 1 — Ensino Primário; 04 Amazonas; 10 — Obras Educacionais dos Padres do Espírito Santo, Prelazia de Tefé — Cr\$ 1.000.000,00 — A dotação a que se refere esta Cláusula, foi totalmente inscrita em "Restos a Pagar" de 1962, sob o n.º 0208. A quantia correspondente foi deduzida do crédito distribuído ao Tesouro Nacional.

PARAGRAFO ÚNICO: — O pagamento a que se refere esta cláusula, de acordo com a prioridade da verba, será feito em parcelas e segundo as disponibilidades em dinheiro da SPVEA, subordinando-se, contudo, o pagamento da primeira parcela à aprovação, por esta, das contas relativas às dotações recebidas pela segunda contratante no exercício anterior.

CLAUSULA QUARTA: — A EXECUTORA prestará contas à SPVEA das importâncias recebidas em cumprimento do presente contrato, obedecendo às normas adotadas por esta. O pagamento de uma parcela poderá ser feita sem a prestação de contas da anterior, mas não sem a da que a esta tenha precedido e, de qualquer maneira, a prestação de contas da última parcela recebida em um exercício deverá ser feita até o último dia de fevereiro do ano seguinte.

CLAUSULA QUINTA: — A EXECUTORA apresentará à SPVEA, relatórios trimestrais dos trabalhos realizados e em andamento, obrigando-se, ainda, a prestar quaisquer informações que, pela mesma, lhe sejam solicitadas, submetendo-se, igualmente, à sua fiscalização técnica e contábil.

CLAUSULA SEXTA: — A SPVEA se reserva o direito de sustar, a qualquer tempo, o pagamento de importância conveniada se verificar que a aplicação da mesma não está se fazendo segundo o plano aprovado, sem prejuízo das demais consequências resultantes da infração.

CLAUSULA SETIMA: — Poderá este contrato ser ampliado, alterado, renovado ou modificado, a qualquer tempo, quando for de interesse das partes contratantes, mas todas as modificações deverão ser feitas mediante assinatura de termos aditivos ao presente, submetidos à apreciação do Tribunal de Contas da União.

E, por assim estarem de acordo as entidades interessadas, eu Maria de Nazaré Lemos Bolonha, Oficial de Administração C-16 da SPVEA, lavrei o presente termo, o qual depois de lido e achado conforme, vai assinado pelos representantes das entidades contratantes, e por mim, com as testemunhas abaixo, para todos os fins de direito.

Belém, 1 de março de 1963.

MARIO DIAS TEIXEIRA

Pe. LISBINO GARCIA DO CARMO

MARIA DE NAZARÉ LEMOS BOLONHA

Testemunhas:

Henrique Ramos M. de Sousa

Maria das Mercês Barreto da Rocha

PROCESSO N. 3975/62
O R Ç A M E N T O
ESTADO DO AMAPÁ

Plano de aplicação de Cr\$ 1.000.000,00, dotação de 1962 destinada às obras educacionais dos Padres do Espírito Santo, Prelazia de Tefé.

[illegible]

Térmo aditivo ao contrato firmado entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e a Prelazia de Santarém, Estado do Pará, para aplicação da verba de Cr\$ 500.000,00 — Dotação de 1962, destinada aos Ambulatórios da referida Prelazia.

No Gabinete da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, nesta cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, presentes o Superintendente, doutor Mário Dias Teixeira e o Procurador Frei Tadeu Prost, firmaram o presente termo aditivo ao contrato celebrado entre as mesmas partes, em quinze (15) de outubro de mil novecentos e sessenta e dois (1962), destinada aos Ambulatórios da Prelazia de Santarém, para o fim especial de ajustar, como ajustado têm, em decorrência de diligência ordenada pelo Egrégio Tribunal de Contas da União, retificação a classificação da verba constante da cláusula terceira (3a.), a qual é a seguinte: "Exercício de 1962, Anexo 4 — Poder Executivo; Sub-Anexo 08 — SPVEA; Despesas Ordinárias: Verba 2.0.00 — Transferências; Consignações: ... 2.2.00 — Dispositivos Constitucionais; 2.2.03 — Valorização Econômica da Amazônia (Art. 199 da Const. Federal); Discriminação da Despesa: 2.0.00 — Transferências; 2.1.00 — Auxílios e Subvenções; 03 — Subvenções Extraordinárias; 28 — Diversos; 1 — Para execução dos serviços e obras assistenciais e educativas das entidades, pelas Arquidioceses e Prelazias Nullius da Amazônia, conforme plano de distribuição e ampliação em anexo e em obediência ao disposto no Decreto n. 42.645, de 14 de novembro

de 1957 — 3% das dotações relativas à despesas de Capital. A dotação desta subconsignação terá seu valor e distribuição incluídos pelo Poder Legislativo, de acordo com o art. 18, da Lei n. 1.806, combinado com o disposto na Lei n. 1.493, de 13 de dezembro de 1951, modificada pela Lei n. 2.266, de 12 de julho de 1954 (Adendo A); 3 — Saúde; 2 — Postos de Saúde; 15 — Pará; 1 — Ambulatórios da Prelazia de Santarém — Cr\$ 500.000,00. E, por assim estarem de acordo, as entidades interessadas, que também ratificam neste ato, todas as demais cláusulas, condições e encargos do instrumento aditado, do qual passará este a fazer parte integrante, a partir da data de seu registro pelo Tribunal de Contas da União, eu, Maria de Nazaré Lemos Bolonha, Oficial de Administração C-16 da SPVEA, lavrei o presente termos o qual depois de lido e achado conforme, vai assinado pelos representantes das entidades interessadas, por mim e pelas testemunhas, abaixo, para todos os fins de direito.

Belém, 4 de março de 1963.

MARIO DIAS TEIXEIRA
Frei TADEU PROST
MARIA DE NAZARÉ LEMOS BOLONHA

Testemunhas :

Ana Maria Ramos
Henrique Ramos M. de Sousa

SECRETARIA DE OBRAS, TERRAS E AGUAS

Compra de terras

De ordem do sr. engenheiro chefe desta Seção, faço público que por João de Oliveira Junior, nos termos do artigo 6.º do Regulamento de terras de 19 de Agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agro-pecuária, sitas 16.ª Comarca, 44.º Termo, 44.º Município de Capim e 118.º Distrito medindo 6.600 metros de frente e 6.600 ditos de fundos, com as seguintes indicações e limites:

Confrontando pela frente setentrional com terras requeridas por José Rodrigues Navarro, pela linha lateral direita com terras requeridas por Alvaldi Monticelli e Idyllo Borgio e, finalmente, pela linha de fundos meridional e pela linha lateral esquerda ocidental com terras requeridas por quem de direito.

E para que não se alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Renda do Estado naquele município de Capim.

3.ª Seção da Secretaria de Obras, Terras e Aguas do Estado do Pará, 1.º de março de 1963.

Yolanda L. de Brito
Oficial Administrativo
(Dias 7 e 17/3/63)

Compra de terras

De ordem do senhor engenheiro chefe desta Seção, faço público que por José Rodrigues Navarro, nos termos do art. 6.º do Regulamento de terras de 19 de Agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agro-pecuária, sitas 16.ª Comarca, 44.º Termo, 44.º Município de Capim e 118.º Distrito medindo 6.600 metros de frente e 6.600 ditos de fundos, com as seguintes indicações e limites:

Confrontando pela linha da frente setentrional e igualmente pela lateral esquerda ocidental com terras requeridas por terceiros que desconhece, pela linha lateral direita oriental com terras requeridas por Wilma Gabriel e finalmente pela linha de fundos meridional com terras requeridas por João de Oliveira Junior.

E para que se não alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Renda do Estado naquele município de Capim.

3.ª Seção da Secretaria de Obras, Terras e Aguas do Estado do Pará, 1.º de março de 1963.

Yolanda L. de Brito
Of. Adm.
(Dias 7 e 17/3/63)

Compra de Terras

De ordem do sr. engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Wilma Gabriel, nos termos do artigo 6.º do Regulamento de terras de 19 de Agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agro-pecuária, sitas 16.ª Comarca, 44.º Termo, 44.º Município de Capim e 118.º Distrito medindo 6.600 metros de frente e 6.600 ditos de fundos, com as seguintes indicações e limites:

Confrontando pela linha da frente setentrional com terras re-

EDITAIS ADMINISTRATIVOS

queridas por José Cabral Nabuco, pela linha lateral direita oriental com terras requeridas por Neide Gabriel pela linha de fundos meridional com terras requeridas por terceiros que desconhece e finalmente para lateral esquerda com terras requeridas por José Rodrigues Navarro.

E para que não se alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Renda do Estado naquele município de Capim.

3.ª Seção da Secretaria de Obras, Terras e Aguas do Estado do Pará, 1.º de março de 1963.

Yolanda L. de Brito
Oficial Administrativo
(Dias 7 e 17/3/63)

Compra de terras

De ordem do sr. engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Neide Gabriel, nos termos do artigo 6.º do Regulamento de terras de 19 de Agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agro-pecuária, sitas 16.ª Comarca, 44.º Termo, 44.º Município de Capim e 118.º Distrito medindo 6.600 metros de frente e 6.600 ditos de fundos, com as seguintes indicações e limites:

Confrontando pela linha da frente setentrional com terras requeridas por Laurentino Arroyo Sérgio, pela linha lateral direita oriental com terras requeridas por Farid Gabriel, pela linha de fundos meridional com terras requeridas por terceiros que desconhece e, finalmente, pela linha lateral esquerda ocidental com terras requeridas por Wilma Gabriel.

E para que não se alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Renda do Estado naquele município de Capim.

3.ª Seção da Secretaria de Obras, Terras e Aguas do Estado do Pará, 1.º de março de 1963.

Yolanda L. de Brito
Oficial Administrativo
(Dias 7 e 17/3/63)

Compra de terras

De ordem do senhor engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Farid Gabriel, nos termos do artigo 6.º do Regulamento de Terras de 19 de Agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agro-pecuária, sitas 16.ª Comarca, 44.º Termo, 44.º Município de Capim e 118.º Distrito medindo 6.600 metros de frente e 6.600 ditos de fundos, com as seguintes indicações e limites:

Confrontando pela linha da frente setentrional com terras requeridas por Maria Lia Dominick Dalia, pela linha lateral direita oriental com terras requeridas por Eunir Oliveira de Almeida, pela linha de fundos meridional com terras requeridas por terceiros que desconhece, e finalmente pela linha lateral esquerda ocidental com terras requeridas por Neide Gabriel.

E para que não se alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à

porta do edifício em que funciona a Coletoria de Renda do Estado naquele município de Capim.

3.ª Seção da Secretaria de Obras, Terras e Aguas do Estado do Pará, 1.º de março de 1963.

Yolanda L. de Brito
Oficial Administrativo
(Dias 7 e 17/3/63)

Compra de terras

De ordem do senhor engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Yvete Gabriel Atique nos termos do art. 6.º do Regulamento de Terras de 19 de Agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agro-pecuária, sitas 16.ª Comarca, 44.º Termo, 44.º Município de Capim e 118.º Distrito medindo 6.600 metros de frente e 6.600 ditos de fundos, com as seguintes indicações e limites:

Confrontando pela linha da frente setentrional com terras requeridas por Eduardo Carlos da Silveira Mendes, pela linha lateral esquerda ocidental com terras requeridas por Copasa — Colonizadora Paraense S. A., pela linha de fundos meridional com terras requeridas por terceiros que desconhece e pela linha lateral direita oriental com terras requeridas por João Batista Ferreira.

E para que não se alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Renda do Estado naquele município de Capim.

3.ª Seção da Secretaria de Obras, Terras e Aguas do Estado do Pará, 1.º de março de 1963.

Yolanda L. de Brito
Oficial Administrativo
(Dias 7 e 17/3/63)

Compra de terras

De ordem do sr. engenheiro chefe desta Seção, faço público, que por Eunir Oliveira de Almeida, nos termos do art. 6.º do Regulamento de Terras de 19 de Agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agro-pecuária, sitas 16.ª Comarca, 44.º Termo, 44.º Município de Capim e 118.º Distrito medindo 6.600 metros de frente e 6.600 ditos de fundos, com as seguintes indicações e limites:

Confrontando pela linha da frente setentrional com terras requeridas por Antonio Carlos Dalia, pela linha lateral direita oriental com terras requeridas por Copasa — Colonizadora Paraense S. A., pela linha de fundos meridional com terras requeridas por terceiros que desconhece e finalmente pela linha lateral esquerda ocidental com terras requeridas por Farid Gabriel.

E para que se não alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por trinta dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Renda do Estado naquele município de Capim.

3.ª Seção da Secretaria de Obras, Terras e Aguas do Estado do Pará, 1.º de março de 1963.

Yolanda L. de Brito
Of. Administrativo
(Dias 7 e 17/3/63)

Compra de Terras

De ordem do sr. engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Odon Passos de Carvalho e Laureno de Macedo Norat, nos termos do art. 6.º do Regulamento de terras de 19 de Agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agrícola, sitas 6.ª Comarca-Belém; 12.º Termo; 12.º Município de Ananindeua e 25.º Distrito, medindo 60 metros de frente e 55 ditos de fundos, com as seguintes indicações e limites:

Pela frente com a estrada denominada "40 Horas"; lado direito com terras do Estado; lado esquerdo com Tertuliano Santos e fundos com Manoel Pontes de Miranda Filho e Lidia Faria Melo.

E para que não se alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Renda do Estado naquele município de C. do Araguaia.

3.ª Seção da Secretaria de Obras, Terras e Aguas do Estado do Pará, 4 de janeiro de 1963.

Yolanda L. de Brito
Oficial Administrativo
(Dias 7 e 17/3/63)

Compra de terras

De ordem do senhor engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Francisco Ribeiro de Carvalho, nos termos do art. 7.º do Regulamento de terras de 19 de Agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agrícola, sitas 6.ª Comarca; 12.º Termo; 12.º Município de Ananindeua e 25.º Distrito, medindo 20 metros de frente e 60 ditos de fundos, com as seguintes indicações e limites:

Pela frente com a Estrada de Providência; lado direito com o Tenente Tertuliano; lado esquerdo com Bertoldo Tabosa da Silva e fundos com quem de direito.

E para que se não alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Renda do Estado naquele Município de Ananindeua.

3.ª Seção da Secretaria de Obras, Terras e Aguas do Estado do Pará, 4 de março de 1963.

Yolanda L. de Brito
Of. Administrativo
(T. 4697 — Dias 8 e 18 e 28/3/63)

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ DEPARTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO

Divisão do Material
CONCORRÊNCIA PÚBLICA
Abre Concorrência Pública para a compra de material de expediente abaixo relacionado.

Cumprindo determinação do Sr. Dr. Governador do Estado, fica aberta, pelo prazo de 15 (quinze) dias, a contar desta data, a Concorrência Pública para a compra do material abaixo relacionado, destinado aos estabelecimentos.

- 500 Apagadores p/ quadro negro.
- 1.000 Livros em branco com 100 fls.
- 500 Resmas de papel almaço.
- 500 Resmas de papel quadriculado.
- 300 Resmas de papel almaço.

sem pauta.

200 Litros de tinta vermelha.
10 Dúzias de régua de madeira de 0,30 cms.

50 Dúzias de borracha, tipo escolar.

150 Caixas de papel carbono, 1 face, 22 x 33.

2 Dúzias de fitas para máquina de somar.

3.000 Envelopes grandes, amarelo, tipo saco.

1.000 Envelopes médios amarelo, tipo saco.

10 Dúzias de Tinta "Parker" azul lavável.

5.000 Capas para autuação.

10.000 Classificadores comuns c/ferragem.

200 Registradores Velox A — Z.

1.000 Blocos de papel para cópia.

200 Blocos de papel róseo para lembrete.

200 Blocos de papel para memorandum.

500 Blocos de papel jornal para rascunho.

100 Caixas de Alminetes, tamanho ss/.

200 Caixas de Clips, ss/.

1.000 Fôlhas de cartolina, em diversas cores.

100 Timpanos.

50 Grozas de lapis preto.

20 Grozas de lapis bicolor.

5.000 Fôlhas de papel "kraft" para embrulho.

100 Caixas de percevejos.

12 Dúzias de fitas para máquina de escrever.

10.000 Envelopes para officio.

5.000 Envelopes para memorandum.

1.000 Tira de mata-borrão.

200 Vidros de goma arábica "Atlas".

24 Rolo de fita durex.

3 Aparelhos de fita durex.

10 Dúzias de vidros de tinta para carimbo.

50 Pézios de vidro para cima da mesa.

6 Grampeadores.

12 Perfuradores.

20 Caixas de papel stencil para mimeógrafo.

1 Máquina para pontar lapis.

a) — As propostas deverão ser encaminhadas ao Gabinete do Diretor da Divisão de Material do Departamento do Serviço Público, no Palácio Lauro Sodré, na hora do expediente, isto é, das 7 1/2 às 13 horas, em envelopes fechados, devidamente lacrados, com os dizeres "Concorrência Pública".

b) — As propostas serão abertas no dia 7 (sete) de março, às 10 horas, no Gabinete do Diretor da Divisão de Material do Departamento do Serviço Público.

Divisão de Material do Departamento do Serviço Público, em 19 de fevereiro de 1963.

IRINEU BENTES LOBATO
Diretor do D.M.

(Dias — 20 — 21 — 22 — 23 — 28-2; 1 — 2 — 5 — 6 — 7-3-63).

DIVISÃO DO MATERIAL
CONCORRÊNCIA PÚBLICA

Abre Concorrência Pública para a compra de mobiliário escolar.

Cumprindo determinação do Exmo. Sr. Dr. Governador do Estado, fica aberta, pelo prazo de quinze (15) dias, a contar desta data, a concorrência pública para a compra de mobiliário escolar abaixo relacionado, destinado aos estabelecimentos de ensino do Estado:

2.500 Carteiras duplas de freijó, de 1m x 0,80 alt.

50 Mesas para professores c/ 2

gavetas, tipo "gerdau", c/ 1,10 x 0,60 x 0,80

180 Carteiras, tipo "gerdau", c/ 0,75 x 0,60

20 Estantes sem vidros c/ 1,70 x 1,20 x 45.

a) As propostas deverão ser encaminhadas ao Gabinete do Diretor da Divisão de Material do Departamento do Serviço Público, no Palácio Lauro Sodré, na hora do expediente, isto é, das 7,30 às 13 horas, em envelopes fechados, devidamente lacrados, com os dizeres "Concorrência Pública".

b) As propostas serão abertas no dia de março, às 10 horas, no Gabinete do Diretor da Divisão de Material do Departamento do Serviço Público.

Divisão de Material do Departamento do Serviço Público, em 19 de fevereiro de 1963.

Irineu Bentes Lobato
Diretor do D.M.

(Dias — 20 — 21 — 22 — 23 — 28-2; 1 — 2 — 5 — 6 — 7-3-63).

ANÚNCIOS

BANCO MOREIRA GOMES S/A.

Assembleia Geral Ordinária 1ª CONVOCAÇÃO

Pelo presente edital de convocação, ficam os senhores acionistas do Banco Moreira Gomes S/A, convidados para a Assembleia Geral Ordinária, a se realizar no dia 15 do corrente mês de março às 16 horas, na sede social, à rua 15 de Novembro, 188, nesta cidade de Belém, Estado do Pará, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

a) leitura, discussão e aprovação do Relatório da Diretoria, Balanço, Demonstração da conta de Lucros e Perdas e Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício de 1962;

b) eleição do Conselho Fiscal para o corrente exercício;

c) fixação dos honorários da Diretoria e do Conselho Fiscal;

d) o que ocorrer.

Belém, (Pa), 5 de março de 1963.

ADALBERTO DE MENDONÇA MARQUES
Diretor PresidenteANTÔNIO MARIA DA SILVA
Diretor Vice-PresidenteJOSE MANOEL MARQUES
ORTINS DE BETTENCOURT
DiretorSEBASTIAO ALBUQUERQUE VASCONCELOS
Diretor

EDUARDO ROXO DE LA ROCQUE

Diretor

(Ext. 7 e 8/3/63)

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, SEÇÃO DO PARÁ

De conformidade com o disposto no Art. 16 do Regulamento a que se refere o Decreto n. 22.478, de 20 de fevereiro de 1933, faço público que requererem inscrição provisória no Quadro dos Advogados desta Seção da Ordem dos Advogados do Brasil, as bachareladas em Direito Maria Magdalena Contente, Odete Martins da Gama Malcher e Terezinha de Jesus Costa Nassar, brasileiras, solteiras, residentes e domiciliadas nesta cidade.

Secretaria da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Pará, em 4 de março de 1963.

(a) Arthur Claudio Mello,
Primeiro Secretário.

(Dia 7-8-9-12 e 13/3/63)

EXPORTADORA DE PRODUTOS DA AMAZÔNIA S/A
Assembleia Geral Ordinária

Convidamos os sr. acionistas desta Empresa para a reunião de Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em nossa sede social, à travessa da Vigia n. 156, nesta cidade, às 17 horas do dia 18 de março, a fim de deliberarem sobre: —

A) Aprovação do Relatório da Diretoria e suas contas e Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício de 1962;

b) Eleição do Conselho Fiscal;

c) O que ocorrer.

Belém (Pa), 20 de fevereiro de 1963.

a) Natalício Lopes de Menezes Presidente

(Ext. 7/3/63)

MARQUES PINTO, EXPORTAÇÃO S/A

Assembleia Geral Extraordinária

CONVOCAÇÃO

Ficam convidados os senhores acionistas de MARQUES PINTO, EXPORTAÇÃO S/A, a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, no dia 20 de março de 1963, às 20

horas, na sede social à Rua João Pessoa, n. 314, nesta cidade, a fim de deliberarem sobre a ordem do dia:

A) Aumento de Capital social, de conformidade com a resolução aprovada na reunião de Assembleia Geral Extraordinária de 17 de Dezembro de 1962;

b) Discutir e aprovar novo pró-labor, da Diretoria em consequência do constante aumento do custo de vida e de conformidade com o Decreto lei n. 51.613, de 3 de dezembro de 1962, tendo em vista o que estabelecem os parágrafos 3., 4. e 6. do artigo 5. do Decreto Lei n. 47.373, de 7 de Dezembro de 1939 com a nova redação dada pelo artigo 22 da lei 4.154/62;

c) O que ocorrer.

Santarém, 28 de fevereiro de 1963.

(aa) Simpson Wallace -
DiretorOsman Bentes de Sousa -
Vice-Diretor

Ext. 7, 8 e 9/3/63

M F GOMES COMERCIO E INDUSTRIA S/A.

Comunicamos aos Senhores acionistas, que se encontram à sua disposição na sede social à Avenida Senador Lemos, 377, nesta cidade de Belém, os documentos referentes ao artigo 99 decreto — lei 2.627 de 26/9/1940, relativos ao ano de 1962.

Belém, 5 de março de 1963.

MANOEL FERNANDES GOMES — Diretor-Presidente

(Ext. 7, 12 e 15/3/63)

SA RIBEIRO COMERCIO E INDUSTRIA S/A

Comunicamos aos senhores acionistas, que se acham a sua disposição durante as horas de expediente, em nossa sede social, à Rua 15 de Novembro n. 74, os documentos de que trata o artigo 99 do Decreto-Lei n. 2.627, de 26 de Setembro de 1940.

Belém, 6 de março de 1963.

Assinatura Ilegível

(T. 4896 Dias 7, 8 e 9/3/63)

SOCIEDADE ANÔNIMA "BITAR IRMAOS" **RELATÓRIO DA DIRETORIA**

Senhores Acionistas:

Afim de dar cumprimento aos preceitos legais das Sociedades Anônimas, estamos apresentando o presente relatório. Poderão Vv. Ss. verificar que a receita foi satisfatória resultando um saldo de Cr\$ 4.800.242,90 (quatro milhões oitocentos mil duzentos e quarenta e dois cruzeiros e noventa centavos), o que proporcionou um dividendo de 12% sobre o atual capital da empresa.

Vale ressaltar que conseguimos obter em nossa administração um conjunto uniforme de bem-estar social, e assim em Outubro deste ano, a Diretoria desta sociedade instituiu espontaneamente "o SALÁRIO FAMÍLIA" aos seus empregados, a fim de minorar um pouco a situação afiliva em que os mesmos se encontravam, com salário não suficiente para enfrentar o custo de vida elevadíssimo, com famílias numerosas. Atualmente, a empresa possui registro de 205 crianças menores de 14 anos, filhos de nossos empregados, percebendo salário família.

Neste período de três anos administrativos realizamos o máximo de nossos esforços para atender aos vossos interesses e assim todos poderão verificar a situação boa que esta empresa desfruta. Enumerar todos os detalhes de nossa realização seria por demais extenso e assim resta-nos convidá-los para visitarem as instalações da empresa, examinarem a documentação contábil para comprovarem nossas assertivas.

Encerra-se este ano nosso mandato e temos certeza em ter cumprido nosso dever encerrando o ano de 1962 com crédito completamente restabelecido na praça, nos bancos, repartições públicas, institutos e em todos os setores de suas atividades. Ficamos à disposição de Vv. Ss. para qualquer esclarecimento e antes de encerrar o presente relatório, queremos renovar nossos agradecimentos aos empregados que exercem suas atividades em nossas três unidades fabris: FÁBRICA DO PROGRESSO E USINA INDEPENDÊNCIA EM BELÉM, E USINA SANTO ANTÔNIO DA PEDREIRA EM MOSQUEIRO, que se encontram funcionando normalmente.

Nesta oportunidade estamos também apresentando balanço geral demonstração da conta de lucros e perdas e o parecer do Conselho Fiscal desta sociedade, relativo ao ano de 1962, e esperamos merecer total aprovação dos acionistas presentes.

Belém, 31 de Dezembro de 1962

Eng. Miguel de Paulo Rodrigues Bitar — Presidente
Leoncio Rodrigues Bitar — Vice-Presidente
Jacó Rachid Bitar — Diretor-Tesoureiro
José Rachid Bitar — Diretor-Secretário.

BALANÇO GERAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1962

A T I V O

IMOBILIZADO

Imobilizações Efetivas:

Maq. e Acessórios	32.263.863,40
Bens imóveis	8.855.579,50
Fôrmas e Moldes	965.974,00
Veículos	4.007.393,00
Embarcações	1.487.750,70
Móveis e Utensílios	261.473,00
Propriedades	192.675,30
Laboratórios de Química	131.428,40
Fôrmas e Moldes — Saboaria	10.850,00
	48.176.987,30

Vinculações:

Depósitos em Garantia	48.000,00
Gar. de Consumo de Luz	150,00
	48.150,00
	48.225.137,30

DISPONÍVEL

Caixa	550.637,70
Bancos	2.735.109,60
	3.285.747,30

REALIZÁVEL EM CURTO PRAZO

Existências:	
Estoque gerais	11.434.023,40
Devedores:	
Promissórias a Receber	300.000,00
	11.734.023,40

REALIZÁVEL EM LONGO PRAZO

Investimentos:

Centrais Elétricas do Pará	116.073,00
Apólices Federais	10.000,00
Empréstimos Compulsórios	640.421,80
Ações da Força e Luz do Pará S/A	100.000,00
	863.494,60
Devedores:	
Contas Correntes Diversas	102,80
Duplicatas a Receber	3.529.060,00
	3.529.162,80
Valores Aleatórios:	
Liquidações Pendentes	309.220,00
	4.704.877,40
COMPENSAÇÃO	
Empenhos:	
Seguros em Vigor	26.600.000,00
Valores de Terceiros:	
Ações Caucionadas	40.000,00
Riscos:	
Garantias de Contrato	200.000,00
	26.840.000,00
	Cr\$ 94.789.785,40

P A S S I V O

NAO EXIGÍVEL

Patrimônio Líquido:

Capital	20.000.000,00
Fundo de Reserva Legal	4.549.101,80
Fundo Esp. de Resgate	1.514.831,40
Fundo de Reserva Indust.	2.148.931,90
Fundo de Reserva Especial	3.458.838,20
	31.671.703,30
Provisões:	
Dep. de Máquinas	4.338.023,30
Dep. de Veículos	1.779.175,10
Dep. F. e Moldes — Latex	386.389,60
Dep. de Mov. e Utensílios	90.204,20
Dep. F. e Moldes — Saboaria	1.085,00
Cobranças Duvidosas	352.906,00
	6.947.783,20
	38.619.486,50

EXIGÍVEL EM CURTO PRAZO

Créditos Quirografários:

Promissórias a Pagar	17.532.548,00
Duplicatas a Pagar	4.021.636,30
Contas Correntes Diversas	316.863,70
Contas a Pagar	1.212.335,20
Dividendos a Pagar	2.400.000,00
Grat. da Diretoria a Pagar	720.036,40
	26.203.419,60

Créditos Privilegiados:

I.A.P. Industriários	1.234.937,10
I.A.P. Comerciais	14.400,00
I.A.P.T. e Cargas	4.752,00
	1.254.089,10
	27.457.508,70

EXIGÍVEL EM LONGO PRAZO

Créditos Quirografários:

Promissórias a Pagar	840.000,00
Duplicatas a Pagar	327.400,00
	1.167.400,00

Créditos a Prazo Indeterminado:

Contas Correntes de Acionistas	705.380,20
	1.872.780,20

COMPENSAÇÃO

Empenhos:	
Valores Segurados	26.600.000,00
Valores de Terceiros:	
Garantia da Diretoria	40.000,00
Riscos:	
Emissão de Favor	200.000,00
	26.840.000,00
	Cr\$ 94.789.785,40

Belém, 18 de Janeiro de 1963.

(2) Dr. Miguel de Paulo Rodrigues Bitar
Diretor-Presidente

(a) Jagunhara Gomes de Oliveira
Contador C.R.C. Pa. 0341

DEMONSTRAÇÃO DA C/LUCROS E PERDAS, EM 31-12-1962

D E B I T O

ENCARGOS DO EXERCÍCIO			
Despesas Administrativas, Tributárias, Financeiras, c/Vendas, c/Pessoal e diversas	5.019.334,30		
PROVISÕES			
Dep. do Ativo Imobilizado	1.516.869,30		
Cobranças Duvidosas	352.908,00	1.869.775,30	
LUCRO DO EXERCÍCIO			
Fundos Estatutários:			
Reserva Legal, 20%	960.048,60		
Exp. de Resgate, 5%	240.012,20		
Reserva Industrial, 8% ..	384.019,40		
Reserva Especial	96.126,30	1.680.206,50	
Dividendos:			
12% s/ o capital social	2.400.000,00		
Gratificação à Diretoria			
15% s/ lucro líquido	720.036,40	4.800.242,90	
			Cr\$ 11.689.352,50

C R É D I T O

RESULTADO DO EXERCÍCIO			
Lucro verificado nas diversas seções da Empresa	7.655.576,80		
REVERSÕES			
Fundo p/Cob. Duvidosas, não aplicado durante o exercício ..	721.072,00		
LUCRO TRIBUTÁVEL (LEI 4069-A)			
Apurado até 11 de junho de 1962	3.312.703,70		
			Cr\$ 11.689.352,50

Belém, 18 de Janeiro de 1963.

(a) Dr. Miguel de Paulo Rodrigues Bitar
Diretor-Presidente(a) Jaguánhara Gomes de Oliveira
Contador C.R.C. Pa. 0341

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas:

Levamos ao conhecimento de Vv. Ss. que examinamos o "Balanço Geral" do exercício de 1962 bem como a demonstração da Conta de Lucros e Perdas de S.A. Bitar Irmãos, além de toda a documentação a que se refere ao movimento da referida firma, razão pela qual somos de parecer que sejam aprovadas as contas e relatório ora apresentados pela Diretoria.

Belém, 10. de março de 1963.

Salim F. Bouez
José Olavo R. Lamarão
Secundino Portela.

(Ext. — Dia 7/3/63).

A. MOURÃO S/A (TECIDOS E ARMARINHOS)
RELATÓRIO DA DIRETORIA
1962

Senhores Acionistas:

Em cumprimento ao disposto na Lei que rege as sociedades por ações, sentimo-nos honrados em apresentar a Vv. Ss. o nosso Balanço e a demonstração da conta Lucros e Perdas, encerrados em 31 de dezembro de 1962, acompanhados do parecer favorável do Conselho Fiscal da sociedade, por onde se verifica um lucro líquido de Cr\$ 3.679.349,20. De acordo com os nossos Estatutos sociais creditamos 5% desse lucro ao "Fundo de Reserva Legal", para consolidação do nosso capital e 8% à conta "gratificação à diretoria", tendo ficado à disposição da digna assembléia geral a quantia de Cr\$ 3.201.033,80, que sugerimos seja aplicada, totalmente ou em parte, no aumento do nosso capital, o que deverá ser feito o mais breve possível, dada a necessidade que temos de reposição dos nossos estoques.

As peças contábeis abaixo transcritas nos evidenciam uma ótima posição de solvabilidade da nossa firma, visto que o nosso quociente de liquidez corrente, tomando por base a fórmula D + ECP, nos dá francamente 2,62% de valores

convertíveis ou sejam Cr\$ 2,62 para cada cruzeiro de compromisso social.

Agradecemos a preferência dos nossos estimados frequentes bem como as atenções que nos foram dispensadas pelos senhores gerentes de Bancos desta Capital e a dedicação dos nossos auxiliares que muito nos ajudaram na tarefa bem árdua de conservar a nossa tradição comercial.

Outros esclarecimentos que julgardes necessários serão prestados, com prazer, por esta diretoria.

Atenciosamente,

(a.a.) Antonio Maria Gonçalves Mourão — Presidente
Francisco Ribeiro França — Vice-Presidente
Alvaro Agostinho de Azevedo — Diretor
Porfirio Gomes de Andrade — Sub-Diretor
Terezinha de Aquino — Sub-Diretor

BALANÇO GERAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1962

A T I V O

Imobilizado			
Imobilizações Efetivas:			
Móveis e Utensílios	87.526,20		
Valores Vinculados:			
Depósitos em Garantia	57,00	87.583,20	
Disponível			
Caixa	135.191,70		
Bancos	154.449,30	289.641,00	
Realizável Em Curto			
Prazo			
Existências:			
Mercadorias Gerais	5.975.254,10		
Devedores:			
Contas a Receber	642.779,50		
C/C p/n/Vendas	25.115.834,90	25.758.614,40	31.733.868,50
Realizável Em Longo Prazo			
Investimentos:			
Ações	25.000,00		
Ad. de Renda	545.387,70		
Ob. do Reap. Econômico	27.000,00		
Centrais Elétricas do Pará, S/A.	287.155,64	884.543,30	
Débitos à Prazo Indeterminado:			
C/C de Acionistas	178.036,20	1.062.579,50	
Compensação			
Empenhos:			
Seguros em Vigor	5.200.000,00		
Valores de Terceiros:			
Ações Caucionadas	100.000,00		
Valores em Poder de Terceiros:			
B. Brasil S/A. c/Cob.	3.143.369,70		
Riscos:			
Títulos Endossados	3.117.481,40	11.560.851,10	
			Cr\$ 44.734.523,30

P A S I V O

Não Exigível			
Patrimônio Líquido:			
Capital	15.000.000,00		
Fundo de Reserva Legal	183.967,50		
Lucros Suspensos	3.201.033,80	18.385.001,30	

Provisões:			
P/ Cob. Duvidosas	2.575.861,40		
P/Dep. Mov. e Utensílios	8.752,60	2.584.614,00	20.969.615,30
Exigível Em Curto Prazo			
Créditos Quirografários:			
J. Rufino & Cia.	355,50		
Dups. a Pagar	4.376.854,20		
Promis. a Pagar	1.000.000,00		
Titulos Descontados	3.117.481,40		
C/Correntes Diversas ..	119.447,80		
Contas a Pagar	776.469,00		
Grat. à Diretoria	294.347,90	9.684.955,80	
Créditos Privilegiados:			
I.A.P. Comerciantes	30.296,80		
R. Brasil S/A., c/Gart. ..	2.469.090,70	2.499.387,50	12.184.343,30
Exigível Em Longo Prazo			
Créditos à Prazo Indeterminado:			
C/C de Acionistas			19.713,80
Compensação			
Empenhos:			
Valores Segurados	5.200.000,00		
Valores de Terceiros:			
Caução da Diretoria	100.000,00		
Valores em poder de Terceiros:			
Tit. em Cob. Bancos	3.143.369,70		
Riscos:			
Endossos	3.117.481,40	11.560.851,10	
			Cr\$ 44.734.523,30

Belém, 31 de dezembro de 1962
(a.a.) **Antonio Maria Gonçalves Mourão** — Presidente
Francisco Ribeiro França — Vice-Presidente
Alvaro Agostinho de Azevedo — Diretor
Porfirio Gomes de Andrade — Sub-Diretor
Terezinha de Aquino — Sub-Diretor
Jaguanhara Gomes de Oliveira — Contador
C.R.C.-Pa. 0341

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA LUCROS E PERDAS — EM 31/12/1962

DEVE			
Encargos do Exercício			
Despesas administrativas	2.711.270,00		
Despesas c/Pessoal	967.256,10		
Despesas Tributárias	5.755.294,30		
Despesas c/Vendas	1.244.928,10		
Despesas Financeiras	463.448,70		
Despesas Diversas	485.861,80	11.628.059,00	
Provisões			
Para cobranças duvidosas	2.575.861,40		
Para Dep. Mov. e Utensílios ..	8.752,60	2.584.614,00	
Lucro do Exercício: —			
Cr\$ 3.679.349,20:			
Fundo de Reserva Legal, 5% ..	183.987,50		
Grat. da Diretoria, 8%	294.347,90		
A disposição da Assembléia Ge- ral	3.201.033,80	3.679.349,20	
			Cr\$ 17.892.022,20

H A V E R	
Resultados do Exercício	
Mercadorias Gerais	16.167.163,00
Reversões	
Fundo p/Cob. Duvidosas	1.724.859,20
Cr\$ 17.892.022,20	

Belém, 31 de dezembro de 1962.
(a.a.) **Antonio Maria Gonçalves Mourão** — Presidente
Francisco Ribeiro França — Vice-Presidente
Alvaro Agostinho de Azevedo — Diretor
Porfirio Gomes de Andrade — Sub-Diretor
Terezinha de Aquino — Sub-Diretor
Jaguanhara Gomes de Oliveira — Contador
C.R.C.-Pa. 0341

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Dando cumprimento à Lei das sociedades anônimas, examinamos o balanço e a demonstração da conta Lucros e Perdas de A. Mourão, S/A. (Tecidos e Armarinhos), encerrados em 31 de dezembro de 1962. Os livros obrigatórios e facultativos acham-se devidamente escriturados em ordem cronológica de dia, mês e ano, conforme determina o Código Comercial Brasileiro e a documentação toda catalogada e arquivada no caixa forte do estabelecimento. Pelo que nos foi exposto opinamos pela aprovação das contas da diretoria referentes ao ano de 1962.

Belém, 5 de março de 1963.
(a.a.) **Antonio da Silva Arêas**
José Pereira de Souza
Dr. Oswaldo Gomes dos Reis
(Ext. — 7/3/63)

INDÚSTRIAS MARTINS JORGE S/A.

Comunicamos aos nossos Acionistas que se acham à sua disposição, em nossa sede social à Travessa Quintino Bocaiuva N. 404, os documentos a que se refere o artigo 99, do Decreto Lei n.2627, de 26 de Setembro de 1940, relativos ao exercício de 1962.

Belém, 6 de Março de 1963
A Diretoria
Ext. 6, 7 e 8/3/63

INDÚSTRIAS REUNIDAS UNIAO FABRIL S/A

Para os devidos fins, participamos aos sr. acionistas que se encontram à sua disposição no escritório da nossa Fábrica, diariamente nas horas de expediente, os documentos exigidos pelo artigo 99, do decreto 2627, de 26 de Setembro de 1940, referente ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 1962.

Belém-Pa., 6 de março de 1963.
(a) **NAVAS PEREIRA**
Presidente
(Ext. 7 e 8/3/63)

ESTABELECIMENTOS FREITAS S/A.

Assembléia Geral Ordinária
Convidamos os senhores acionistas a se reunirem em Assembléia Geral Ordinária no dia 30 de Março de 1963 pelas 17 horas, em nossa sede à Rua Gaspar Viana, 470 para apreciação e julgamento do relatório e contas da Diretoria relativos ao exercício de 1962, eleição da Diretoria e Conselho Fiscal e o que ocorrer.

Belém, 23 de Fevereiro de 1963
A Diretoria
Ext. 7 e 18 /3/63

BELÉM COMERCIAL S/A.

Comunicamos aos nossos Acionistas que se acham à sua disposição, em nossa sede social, à Travessa Quintino Bocaiuva N. 283, os documentos a que se refere o artigo 99, do Decreto Lei n. 2627, de 26 de Setembro de 1940, relativos ao exercício de 1962.

Belém, 6 de Março de 1963
A Diretoria
Ext. 6, 7 e 8/3/63

**COMPANHIA DE SEGUROS
"COMERCIAL DO PARÁ"****Assembléa Geral Ordinária**

São convocados os acionistas a reunirem, a 20 de março de 1963, às dezesseis horas, na sede da Companhia, à Rua Conselheiro João Alfredo, n. 176 — 1º andar, em Assembléa Geral Ordinária, que terá por fim deliberar sobre o Relatório da Diretoria, Contas, Balanço e Parecer do Conselho Fiscal referentes ao ano de 1962; eleger, para o novo período, o Conselho Fiscal e seus suplentes, e a Mesa de Assembléa Geral, de acordo com a lei e os Estatutos.

Belém, 5 de março de 1963.

Diretores:

Oscar Faciola

Rafael Fernandes de Oliveira
Gomes

Jorge Marcial de Pontes
Lette

(Ext. 6, 7 e 8/3/63)

TAURUS BRASIL S/A.

Comunicamos aos nossos Acionistas que se acham à sua disposição, em nossa sede social à Rodovia SNAPP N. 397, os documentos a que se refere o artigo 99, do Decreto Lei n. 2627, de 26 de Setembro de 1940, relativos ao exercício de 1962.

Belém, 6 de Março de 1963

A Diretoria

Ext. 6, 7 e 8/3/63

**FABRICAS PERSEVERANCA
S/A.**

Comunicamos aos nossos Acionistas que se acham à sua disposição, em nossa sede social à Travessa Quintino Bocaiuva N. 398, os documentos a que se refere o artigo 99, do Decreto Lei n. 2627, de 26 de Setembro de 1940, relativos ao exercício de 1962.

Belém, 6 de Março de 1963

A Diretoria

Ext. 6, 7 e 8/3/63

**FABRICA UNIAO INDUS-
TRIA E COMERCIO S/A.**

Comunicamos aos senhores acionistas que a partir desta data, acham-se à disposição os documentos atinentes ao exercício findo a que alude o artigo 99 da Lei das Sociedades por Ações, Decreto-Lei n. 2627, de 26 de setembro de 1940.

Belém, 22 de fevereiro de 1963.

**FABRICA UNIAO INDUS-
TRIA E COMERCIO S/A.**

José de Pinho Teixeira de

Sousa — Presidente

(Ext.—Dias 5, 6 e 7/3/63)

**MARCOSA S/A
MAQUINAS REPRESENTA-
ÇÕES, COMERCIO E IN-
DÚSTRIA****Assembléa Geral Ordinária**

Convidamos os senhores acionistas a se reunirem em Assembléa Geral Ordinária no dia 13 de março vindouro, às 16 horas, em nossa sede à Rua Santo Antonio n. 301, a fim de deliberarem sobre o seguinte:

a) Aprovação das contas da Diretoria relativas ao exercício do 1962.

b) Eleição da Diretoria e fixação de sua remuneração neste exercício.

c) Eleição do Conselho Fiscal e fixação de sua remuneração.

d) O que ocorrer.

Belém, 28 de fevereiro de 1963.

A Diretoria.

(Ext. 5, 6 e 7/3/63)

**SOBRAL SANTOS S.A.
COMERCIO E INDUSTRIA
(S O T O S A)****Aviso**

Convidamos os srs. acionistas a comparecerem em nossa sede social à avenida Padre Eutiquio, 300 no prazo de 30 dias a contar desta data, afim de manifestarem a sua preferência na subscrição do aumento do capital social, deliberado pela Assembléa Geral Extraordinária, realizada no dia 27 de fevereiro p. passado.

Belém, 28 de fevereiro de 1963

Feliciano da Silva Santos,
Presidente

Ext. 5, 6 e 7/3/63

EDITAIS JUDICIAIS**COMARCA DA CAPITAL****Citação com o prazo de noventa (90) dias**

O doutor Stênio Rodrigues, do Carmo, Juiz de Direito da Terceira Vara, do Cível e Comércio da Comarca de Belém, Capital do Estado do Pará, República dos Estados Unidos do Brasil etc.

Faz saber aos que o presente edital de citação com o prazo de noventa (90) dias, virem, ou dele tiverem conhecimento, que em virtude da certidão lavrada pelos Oficiais de Justiça encarregados de proceder a diligência de notificação do sr. Reinaldo Gaubert Damasceno, brasileiro, casado, funcionário público, residente e domiciliado nesta cidade locatário de imóvel situado à Passagem "ALDA MARIA", n. 12, à avenida Governador José Malcher entre D. Romualdo de Seixas e Almirante Wandenkolk, — de propriedade do sr. Abel Barros dos Santos, brasileiro, casado, engenheiro civil, domiciliado e residente nesta Capital — a requerimento deste, em virtude de necessitar do dito imóvel para seu uso próprio, pedido, que fez com fundamento no artigo 15, item II da Lei do Inquilinato em vigor. — E como não houve sido encontrado o requerido, pelo presente, fica o mesmo citado, para desocupar o imóvel do qual é locatário, dentro do prazo de NOVENTA (90) DIAS, sob pena de não fazendo ser contra si proposta ação do despejo de acordo

com a lei. — E para que chegue ao conhecimento de todos e o interessado não alegue ignorância será o presente edital publicado no Diário Oficial do Estado, jornal de grande circulação e afixado no lugar de costume. — Dado e passado nesta cidade de Belém do Pará aos 28 dias do mês de fevereiro de 1963. — Eu, Assinatura Illegível

Escrivão Vitalicio do Cartório do Quarto Ofício do Cível e Comércio da Comarca da Capital, mandei datilografar e subscrevo.

Stênio Rodrigues do Carmo
Juiz de Direito da 3ª Vara da
Comarca da Capital
(Ext. Dia 6/3/63)

**COMARCA DA CAPITAL
HASTA PÚBLICA**

O Doutor Stênio Rodrigues do Carmo, Juiz de Direito da 3.ª Vara Cível da Comarca da Capital do Estado do Pará, República dos Estados Unidos do Brasil.

Faz saber aos que o presente edital de Hasta Pública, virem ou dele tiverem conhecimento, que no dia vinte e sete (27) do corrente mês, às dez (10) horas, no Palacete do Fórum e à porta da sala das audiências deste Juízo, irá a público pregão de venda e arrematação em Hasta Pública, o seguinte bem penhorado da

Cooperativa de Consumo dos Bancários do Pará, Ltda., na ação executiva que lhe propôs Laboratórios Anakol Limitada, a seguir descrito: Uma caçamba de marca Ford, cor amarela, tipo F-360, chapeada na Delegacia Estadual de Trânsito, sob o número 96-92 em estado quase novo e em perfeito estado de conservação e funcionamento. Avaliado em Cr\$ 700.000,00 (setecentos mil cruzeiros). Quem pretender arrematar o bem acima descrito, deverá comparecer no local acima designado afim de dar seu lance ao Porteiro, que aceitará o de quem mais oferecer sobre a avaliação. O comprador pagará à banca o preço de sua arrematação bem como as comissões do Porteiro, escrevão e a respectiva carta de arrematação. E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, manda expedir o presente edital com o prazo de vinte dias, o qual será publicado no Diário da Justiça e na Imprensa desta Capital e afixado no lugar de costume na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, aos cinco dias do mês de março de mil novecentos e sessenta e três. Eu Carlos Pinto Coimbra, escrevente juramentado, o datilografei, no impedimento da escrivã titular, confori o subscrevi.

Stênio Rodrigues do Carmo,
Juiz de Direito da 3.ª Vara Cível desta Comarca.
(T. 6339 7/3/63)

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Faço público, para conhecimento de quem interessar possa, que deram entrada nesta Secretaria, sendo registrados, os autos da Apelação Cível da Comarca da Capital, em que são partes, como apelantes, Luercio Rodrigues de A. Lima e sua mulher; e, apelados, Sulamita Nogueira de Souza e seu marido, a fim de ser preparada dita apelação, para sorteio de relator, distribuição e julgamento pela Câmara Cível competente do Egrégio Tribunal de Justiça, dentro no prazo de dez (10) dias, a contar da publicação deste, nos termos da lei em vigor.

Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, Belém, 1 de março de 1963.
Luiz Faria — Secreário